

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
MARIA THEREZA DE OLIVEIRA DO AMARAL LEITÃO

MARIA THEREZA DE OLIVEIRA DO AMARAL LEITÃO

PROPOSTAS PARA UMA INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA NA ORLA
DE PAU AMARELO: ENTORNO DO FORTE NOSSA SENHORA DOS
PRAZERES, PAULISTA-PE

Recife
2018

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
MARIA THEREZA DE OLIVEIRA DO AMARAL LEITÃO

Maria Thereza de Oliveira do Amaral Leitão

**PROPOSTAS PARA UMA INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA NA
ORLA DE PAU AMARELO: ENTORNO DO FORTE NOSSA
SENHORA DOS PRAZERES, PAULISTA-PE**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Prof.^a, Me., Luciana Santiago.

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

L533p Leitão, Maria Thereza de Oliveira do Amaral.
Propostas para uma intervenção paisagística na orla de Pau Amarelo: entorno do Forte Nossa Senhora dos Prazeres, Paulista-PE / Maria Thereza de Oliveira do Amaral Leitão. - Recife, 2018.
117 f. : il. color.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Luciana Santiago Costa.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2018.
Inclui bibliografia

1. Arquitetura. 2. Paisagismo. 3. Intervenção paisagística. 4. Espaços livres públicos. 5. Orla. I. Costa, Luciana Santiago. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título

72 CDU (22. ed.)

FADIC (2019-195)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Maria Thereza de Oliveira do Amaral Leitão

**PROPOSTAS PARA UMA INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA NA
ORLA DE PAU AMARELO: ENTORNO DO FORTE NOSSA
SENHORA DOS PRAZERES, PAULISTA-PE**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Prof.^a, Me., Luciana Santiago Costa.

Aprovado em 11 de dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Maria de Fátima Xavier do Monte Almeida, Prof.^a, Me., FADIC
Examinadora interna

Pedro Henrique C. Valadares, Prof., Me., FADIC
Examinador interno

Luciana Santiago Costa, Prof.^a, Dr.^a, FADIC
Orientadora

RECIFE

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me guiado e ajudado durante todo o curso e desenvolvimento do presente trabalho de graduação. Agradeço em especial a minha mãe Ruthe, ao meu pai Eduardo e ao meu irmão Rafael, por todo o suporte, paciência, atenção, incentivo e compreensão em todas as etapas vivenciadas no período em que estive na faculdade.

Aos meus familiares e amigos que apesar da distância sempre demonstraram seu apoio ao longo dos anos em que estive cursando Arquitetura. Agradeço também aos amigos que conheci durante a graduação que estiveram comigo durante essa caminhada, e que vivenciaram comigo diversos momentos dentro e fora da faculdade e aos professores que me acompanharam ao longo da graduação.

Meus agradecimentos a minha professora orientadora Luciana, por toda a ajuda, incentivo, conselhos e encaminhamento durante o desenvolvimento da monografia de conclusão de curso. Agradeço também à professora Winnie, por todas as sugestões e direcionamentos no decorrer das disciplinas de TG 1 e 2.

RESUMO

A presente monografia propõe uma intervenção paisagística na orla de Pau Amarelo, entorno do forte Nossa Senhora dos Prazeres, em Paulista Pernambuco, cuja área vem sofrendo pelo descaso e abandono com o decorrer dos anos. Em Paulista há poucos e ineficientes espaços livres públicos, com a intervenção paisagística e revitalização da orla, o município poderá ter uma área de convívio renovada, um espaço de lazer para os moradores e turistas. Uma intervenção na área também é relevante pela existência do forte que é um importante patrimônio histórico da região. A requalificação da área poderá valorizar todo o entorno e conseqüentemente o forte, que já é um ponto turístico e terá mais visibilidade através da transformação da área. Os conceitos e históricos apresentados neste trabalho tratam da relevância da questão dos espaços livres públicos, paisagem, paisagismo, orlas, calçadões de praia e conceitos relacionados a relevância histórica do forte. Por meio de estudos de caso serão enfatizados os diversos projetos de orlas aliados ao paisagismo e preservação histórica, e será realizada uma comparação entre eles. Através da análise da área e entrevistas com frequentadores será possível chegar a uma conclusão do que o local necessita. Por fim, diretrizes e proposta volumétrica da disposição dos espaços será realizada para a área definida no bairro de Pau Amarelo.

Palavras Chaves: Paisagismo. Intervenção Paisagística. Espaços Livres Públicos. Orla.

ABSTRACT

The present monograph proposes a landscape intervention on the edge of Pau Amarelo, surrounding the Nossa Senhora dos Prazeres fort, in Paulista Pernambuco, whose area has been suffering from neglect and abandonment over the course of the years. In Paulista there are few and inefficient public free spaces, with the landscape intervention and revitalization of the waterfront, the municipality can have a renewed convivial area, a leisure space for locals and tourists. An intervention in the area is also relevant for the existence of the fort which is an important historical patrimony of the region. The requalification of the area can value all the surroundings and consequently the fort, which is already a touristic point and will have more visibility through the transformation of the area. The concepts and histories presented in this work address the relevance of the issue of public free spaces, landscape, landscaping, edges, beach promenays and concepts related to the historical relevance of the fort. Through case studies it will emphasize the various projects of bands allied to the landscaping and historical preservation, and a comparison will be made between them. Through the analysis of the area and interviews with goers it will be possible to reach a conclusion of what the site needs. Finally, guidelines and volumetric proposal of the layout of the spaces will be held for the area defined in the neighborhood of Pau Amarelo.

Keywords: Landscaping. Landscape Intervention. Public Spaces. Waterfront.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Parque Zoológico na Argentina.	18
Figura 2 - Jardim Botânico de Curitiba	18
Figura 3 - Avenida Vinte e Três de Maio- São Paulo.	18
Figura 4 - Ciclofaixa no centro de São Paulo.....	18
Figura 5 - Faixa de praia de Copacabana, Rio de Janeiro.....	19
Figura 6 - Mirante com vista para o Rio Jacaré, em Brotas.	19
Figura 7 - Vista de Copacabana por volta de 1905.....	20
Figura 8 - Praia de Inhagá no início dos anos 1900.....	20
Figura 9 - Praia de Copacabana, Rio de Janeiro.	21
Figura 10 - Praia de Varadeiro (Cuba).....	21
Figura 11 – Tipos de Bens da União.....	22
Figura 12 - Terrenos da Marinha.....	23
Figura 13 - Terrenos da Marinha.....	23
Figura 14 - Praia privatizada para uso exclusivo de hotel em Montenegro.....	24
Figura 15 - Exemplo de privatização por bares de praia.	24
Figura 16 - Extensão da Zona Costeira Brasileira.....	25
Figura 17 - Esgoto deságua em praia no bairro de Stella Maris, área turística em Maceió.....	26
Figura 18 - Esgoto à céu aberto na praia de Ponta Negra.....	26
Figura 19 - Orla de Boa Viagem por volta de 1950.	27
Figura 20 - Orla de Boa viagem atualmente.....	27
Figura 21 - Sombreamento proporcionado por altas torres na faixa de praia.	27
Figura 22 - Orla de Villa Velha.	27
Figura 23 - Orla de Fortaleza (possui usos além do passeio).....	29
Figura 24 - Orla de Salvador, com área de convívio, contemplação e <i>playground</i>	29
Figura 25 - Quiosques da orla de Santos.....	30
Figura 26 - Academia pública na orla de Florianópolis	30
Figura 27 - Parque urbano da Orla de Guaíba.....	30
Figura 28 - Noivinha/ Pequeno Porte.....	33
Figura 29- Rosedá/ Médio Porte.....	33

Figura 30- Ipê/ Grande Porte.....	33
Figura 31 - Alecrim.....	34
Figura 32 - Medronheiro.....	34
Figura 33- Armeria Maritima.....	34
Figura 34 - Rosa Flor	34
Figura 35 - Banco de concreto.....	36
Figura 36 - Banco de madeira.....	36
Figura 37 - Mesas destinadas a jogos.	36
Figura 38 - Poste de iluminação.....	37
Figura 39 - Lixeira comum.	37
Figura 40 - Lixeira de coleta seletiva.....	37
Figura 41 - Piso delimitando áreas de usos diferentes.	38
Figura 42 - Piso com paginação criativa.	38
Figura 43 – Piso tátil de alerta.....	39
Figura 44 - Calçada acessível.....	40
Figura 45 - Passeio com espaço para mobiliários urbanos.....	40
Figura 46 - Exemplo de calçada rebaixada.	41
Figura 47 - Faixa de pedestre elevada.....	41
Figura 48 - Jardim sensorial.....	41
Figura 49 - Jardim sensorial.....	41
Figura 50 - Casas históricas em Lençóis, na Bahia.	444
Figura 51 - Corcovado Rio de Janeiro.	44
Figura 52 - Festa do Círio de Nossa Senhora.....	44
Figura 53 - Dança do Frevo.	44
Figura 54 - Avenida Campos Salles, Campinas.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 55 - Vista superior do forte de Pau Amarelo vista superior.....	51
Figura 56 - Forte de Pau Amarelo.....	51
Figura 57 - Vista lateral do Forte de Pau Amarelo.	51
Figura 58 - Lista dos Bens Tombados em Pernambuco.	52
Figura 59 - Quadro de Parâmetros Urbanísticos de Paulista.	51
Figura 60 - Zoneamento Territorial.....	52
Figura 61 - Distância entre São Paulo Capital e Orla de Santos.....	55
Figura 62 - Praias da Orla de Santos.....	55
Figura 63 - Vista panorâmica da Orla de Santos SP.....	56

Figura 64 - Orla de Santos por volta de 1940.	57
Figura 65 - Orla de Santos antes das obras iniciais de Saturnino.....	57
Figura 66 - Jardins da Orla de Santos.	57
Figura 67 - Jardins da Orla de Santos.	57
Figura 68 - Arvores presentes na Orla de Santos	58
Figura 69 - Elementos paisagísticos da orla.	60
Figura 70 - Alguns elementos da infraestrutura da orla	60
Figura 71 - Elementos relevantes na orla.	60
Figura 72 - Localização do Forte de Macapá.....	61
Figura 73 - Forte antes da requalificação.....	62
Figura 74-Forte de Macapá após a finalização da restauração em 2014	63
Figura 75 - Espelhos d'água.	64
Figura 76 - Pier para contemplação.....	64
Figura 77 - Áreas verdes no entorno do forte.....	64
Figura 78 - Jardins no entorno do forte.....	64
Figura 79 - Elementos paisagísticos existentes na orla.....	65
Figura 80 - Elementos paisagísticos existentes na orla.....	65
Figura 81 - Parque do Forte, pérgula e banco.....	65
Figura 82 - Localização de Fortaleza	66
Figura 83 - Orla de Fortaleza por volta de 1970.....	67
Figura 84- Orla de Fortaleza por volta de 1970.....	67
Figura 85 - Academia ao ar livre e praça de descanso.....	68
Figura 86 - Praça de descanso.....	68
Figura 87 - Pista de skate.....	68
Figura 88 - Academia ao ar livre.....	68
Figura 89 - Elementos Paisagísticos encontrados na orla.....	69
Figura 90 - Elementos Paisagísticos encontrados na orla.....	69
Figura 91 - Orla de Boa Viagem.....	73
Figura 92 - Orla de Jaboatão dos Guararapes.....	74
Figura 93 - Orla do Janga.....	74
Figura 94 - Orla de Maria Farinha.....	74
Figura 95 - Localização de Paulista.....	75
Figura 96 - Localização de Paulista na RMR.....	75
Figura 97 - Distância entre Paulista e Recife.....	75

Figura 98 - Localização do bairro de Pau Amarelo.	77
Figura 99 - Trecho da proposta de intervenção.	78
Figura 100- Acessos à area objeto de estudo.....	79
Figura 101- Delimitação da ZEICH 3.....	79
Figura 102 - Zoneamento- Predominância de uso.....	80
Figura 103 - Avenida Claudio Gueiros nas proximidades do forte.	80
Figura 104 - Avenida Claudio Gueiros.	80
Figura 105 - Orla de Pau Amarelo.	82
Figura 106 - Orla de Pau Amarelo.	82
Figura 107 - Canteiro presente na orla.	81
Figura 108 - Desnível de terra próximo ao forte.....	82
Figura 109 - Movimentação da Orla nos finais de semana.....	83
Figura 110 - Movimentação da Orla nos finais de semana.....	83
Figura 111- Bar destruído antes da instalação do Bagwall.....	83
Figura 112 - Avanço do mar destrói parte de bar.....	83
Figura 113 - Estrutura de contenção do tipo Bagwall.....	83
Figura 114 - Degradação na estrutura de contenção (Bagwall).	83
Figura 115 - Bares no entorno do Forte.	84
Figura 116 - Bares no entorno do Forte.	84
Figura 117 - Bares em frente a praça.	84
Figura 118 - Casas localizadas em frente a praça.	84
Figura 119 - Área livre em frente ao forte.	85
Figura 120 - Área livre usada como estacionamento para caminhões.....	85
Figura 121 - Vista do Forte e Orla.....	85
Figura 122 - Vista do Forte e Orla.....	85
Figura 123 - Vista do Forte e Orla.....	85
Figura 124 - Vista do Forte e Orla.....	85
Figura 125 - Piso intertravado cor cinza.....	92
Figura 126 - Piso intertravado cor marrom.....	92
Figura 127 - Piso de concreto com pintura na superfície.	92
Figura 128 - Areia para área de recreação infantil.	93
Figura 129 - Areia para área de recreação infantil.	93
Figura 130 - Grama esmeralda.....	93
Figura 131 - Árvore algodão de praia.....	94

Figura 132 - Ipês.....	94
Figura 133- Arbusto Anxova.....	94
Figura 134 - Arbusto Pingo de Ouro.	94
Figura 135 - Arbusto Buxinho.....	94
Figura 136 - Arbusto Clúsia.....	94
Figura 137 - Aspersor para irrigação de áreas verdes.	95
Figura 138 - Horta comunitária.....	95
Figura 139 - Jardim sensorial.....	97
Figura 140 - Bancos de madeira plástica.....	97
Figura 141 - Lixeiras seletivas de plástico	97
Figura 142 – Poste alto com captação da energia solar	98
Figura 143 – Poste baixo	98
Figura 144 - Academia ao ar livre.....	99
Figura 145- Parque infantil de madeira plástica.....	100
Figura 146 - Parque infantil.....	100
Figura 147 - Rebaixamento de calçada-NBR 9050.....	101
Figura 148 - Piso tátil de alerta.	101
Figura 149 - Piso de alerta.....	101
Figura 150 - Piso tátil direcional.....	101
Figura 151 - Caminho emborrachado para acesso de cadeirantes a praia.....	102
Figura 152 - Faixas de uso de calçada acessível.	103
Figura 153 - Mapa tátil.....	103
Figura 154 - Exemplo de brinquedo acessível.....	104
Figura 155 - Exemplo de brinquedo acessível.....	104
Figura 156 – Padrão para vaga acessível.....	104
Figura 157 - Banheiro público.....	104
Figura 158 - Bicicletário de metal.....	104
Figura 159 - Contenção do tipo Bagwall	105
Figura 160 - Exemplo de escultura para a proposta.	106
Figura 161 - Exemplo de escultura para a proposta.	106

LISTA DE ABREVIATURAS

ELP – Espaço Livre Público

PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ZCB – Zona Costeira Brasileira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. TEORIA DO PAISAGISMO.....	15
2.1. O que é paisagem e paisagismo	15
2.2. O que é Espaço Livre Público	16
2.3. Praias	19
2.3.1. História das praias.....	19
2.3.2. Conceito de praia	20
2.4. Faixa de praia e calçadão.....	25
2.5. Elementos em Projetos Paisagísticos	32
3. PAISAGISMO EM ÁREAS HISTÓRICAS	42
3.1. Patrimônio cultural.....	42
3.2. Conceito de tombamento.....	45
3.3. Preservação do entorno de áreas tombadas.....	46
3.4. Relevância histórica do Forte de Pau Amarelo.....	49
4. REFERÊNCIAS PROJETUAIS	54
4.1. Orla de Santos- SP.....	54
4.1.1. Localização	54
4.1.2. Histórico	56
4.1.3. Elementos paisagísticos.....	57
4.2. Orla parque do Forte - Macapá	61
4.2.1. Localização	61
4.2.2. Histórico	62
4.2.3. Elementos paisagísticos.....	63
4.3. Orla de Fortaleza.....	66
4.3.1. Localização	66
4.3.2. Histórico	67
4.3.3. Elementos paisagísticos.....	67
4.4. ANÁLISE COMPARATIVA	70
5. ÁREA DO OBJETO DE ESTUDO.....	73
5.1. Município de Paulista-PE.....	74
5.2. Bairro e praia de Pau Amarelo	76
5.3. Área de intervenção	78
5.4. Entrevistas.....	86
5.5. Análise da situação atual.....	87

6. PROPOSTA DE UMA INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA NA ORLA DE PAU AMARELO: entorno do forte nossa senhora dos prazeres	90
6.1. Proposta de intervenção.....	90
6.2. Elementos da proposta.....	92
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICES	

1. INTRODUÇÃO

O espaço urbano é composto por áreas edificadas e não edificadas, e deve conter áreas de respiro entre aglomerados de construções. Assim, é possível ter um equilíbrio visual e qualidade de vida para quem transita pela cidade no dia a dia.

De acordo com Sá Carneiro e Mesquita (2000), os espaços livres e edificados das cidades são resultantes de atuações humanas. Esses espaços estão articulados entre si de acordo com uma lógica interna, a qual é determinada pelos condicionantes do meio, pela cultura e o psiquismo dos seus construtores, ao longo do tempo.

A faixa de praia é um espaço livre público de grande importância no Brasil. Seu extenso litoral é um marco do turismo brasileiro, além de ser um espaço de convívio e lazer para moradores dos arredores. Segundo Sá Carneiro e Mesquita (2000, p.12) “a faixa de praia é um E.L.P (Espaço Livre Público) que se desenvolve na área litorânea podendo contar tanto com equipamentos de esportes e lazer recreativo, por tanto se encaixa na categoria de E.L.P de recreação”.

Os calçadões das cidades brasileiras possuem uma dinâmica diferente das encontradas em outros países. Para Macedo (2012) eles incorporam formas de uso de outros espaços, como o comer ao ar livre em mesinhas dos *boulevares* franceses, o passeio tranquilo das *water fronts* das cidades americanas e inglesas e atividades recreativas de parques, praças e clubes. Com essa dinâmica, algumas orlas brasileiras se tornaram verdadeiros parques urbanos, tratadas paisagisticamente, com calçadões, áreas destinadas ao lazer e esportes.

Segundo Macedo (2012), investir em calçadão significa investir em um espaço da mais alta visibilidade urbana. Por causa dessa visibilidade, há um grande interesse dos políticos em exercício do mandato em fazer melhorias nas faixas de praia. Por isso, muitas dessas orlas passam por constantes reformas e ampliações. Algumas modificações atendem à demandas existentes mas, em outros casos reformas são feitas apenas com a visão de atribuir uma marca de modernidade de uma administração qualquer em um espaço já consolidado pelo público, com isso leva nenhuma contribuição para o usuário de fato.

Esse fato ocorre com mais constância em orlas localizadas nas áreas turísticas ou as que são por si só um ponto turístico. Nesse caso, há um maior interesse em mantê-las conservadas. Em contrapartida, as faixas de praia localizadas em áreas

não turísticas ou distantes são deixadas de lado ou seus projetos não atendem as necessidades da população.

Pernambuco possui em seu litoral praias que são um dos principais pontos turísticos do estado. As praias do litoral Sul são as mais procuradas, com isso também são as que mais recebem financiamento do governo do estado.

Em contraponto ao litoral Sul, o Litoral Norte não possui a devida atenção e incentivos financeiros. No município de Paulista, a orla encontra-se em estado de abandono, a orla de Pau Amarelo possui poucos atrativos e cuidados básicos, apenas a orla Janga possui um certo cuidado, com calçadão e pista de cooper.

A área do objeto de estudo está localizada na orla de Pau Amarelo, um recorte da faixa de praia de Paulista, PE, mais especificamente no entorno do Forte Nossa Senhora dos Prazeres. Apesar do forte ser um patrimônio histórico e potencial ponto turístico, a orla e a edificação estão em péssimo estado de conservação. A área apresenta diversos pontos negativos como insegurança, nenhuma oferta de atividades físicas e de lazer, iluminação precária, ausência de tratamento paisagístico e em alguns trechos bares dispostos de maneira desordenada.

Toda população tem o direito de ter um espaço público livre de qualidade na cidade ou bairro onde moram ou trabalham. Esses espaços exercem um bem-estar significativo para aqueles que usufruem dele. Segundo Macedo (2012, p. 23) “As orlas são espaços de convivência, bastante democráticos e quando tratadas paisagisticamente, iluminadas, cortadas por calçadões e estruturadas com centros de lazer, acabam convertendo-se em verdadeiros parques urbanos”.

Diante do cenário mostrado, é importante entender como a requalificação de espaços públicos podem trazer uma valorização urbana e transformar a imagem da cidade. E mais especificamente, em que medida uma intervenção paisagística numa orla poderá melhorar a qualidade de vida da população em seu entorno? Essa pesquisa trabalha com a hipótese de que uma intervenção paisagística pode sim melhorar a qualidade de vida de uma população, na medida em que os usuários sejam ouvidos e as necessidades apontadas sirvam como base para a criação de espaços que introduzam novos usos como espaços culturais, de lazer, convívio, contemplação entre outros.

O presente trabalho teve como objeto empírico, a Orla de Pau Amarelo e entorno imediato do Forte Nossa Senhora dos Prazeres, onde será verificada ou não a hipótese. O objetivo principal desenvolver uma proposta de intervenção paisagística

a nível de diretrizes, volumetria e disposição dos espaços na Orla de Pau Amarelo e entorno imediato do Forte Nossa Senhora dos Prazeres. Teve como objetivos específicos:

- Ouvir as demandas dos usuários da orla de Pau Amarelo, com relação a iluminação, segurança, usos da área, limpeza.
- Inserir novos usos à área de acordo com as necessidades citadas.
- Sugerir novas espécies vegetais adequadas ao local e que agreguem valor para a paisagem.
- Propor novo mobiliário urbano, tratamento do piso, infraestrutura urbana e acessibilidade.

O método de pesquisa será o estudo de caso e as técnicas empregadas compreendem pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e aplicação de entrevistas. Quanto aos procedimentos, primeiramente, foram feitas pesquisas bibliográficas através de livros, monografias, publicações, artigos entre outros para a fundamentação teórica. Nesta etapa buscou-se analisar bibliografias referentes a assuntos como Espaços Livres Públicos, Orlas, Faixa de Praia, Patrimônio Culturais entre outros temas.

Em seguida foi feita uma pesquisa de campo, que foi uma etapa essencial e se desenvolveu em duas etapas, primeiramente foi feita uma análise da área através de fotos. Em seguida foi feita uma entrevista estruturada em cinco perguntas, através delas foi possível identificar deficiências da área, anseios e necessidades da população, por fim foram abordados pontos negativos e positivos encontrados por meio de visitas e entrevistas com os frequentadores. Foram analisados também três estudos de caso: a orla de Santos, orla de Fortaleza e o Parque do Forte, analisadas as características relevantes de cada um. Por fim, após todas estas etapas, foi realizada uma proposta inicial de intervenção paisagística para a Orla de Pau Amarelo e entorno do Forte.

Este trabalho foi estruturado em 6 itens principais, no capítulo inicial, foram abordados os conceitos como Paisagem, Paisagismo, Espaços Livres Públicos, Praias, Faixa de Praia, Orla, Calçadão e Elementos Paisagísticos, para obtenção de uma base teórica acerca do tema.

No capítulo 3, foram conceituados temas como Paisagismo em áreas históricas, Patrimônio Cultural, Tombamento, Preservação do entorno de bens tombados e Relevância Histórica do Forte de Pau Amarelo. Pela existência do Forte na área de estudo, os temas citados são de total relevância, para o entendimento de questões que envolvem o forte e seu entorno.

Em seguida, no capítulo 4, foram realizados três estudos de caso de Orlas que representam um espaço público de lazer de qualidade nas regiões onde estão inseridas. A análise de referências projetais foi uma etapa de suma importância para o presente trabalho, pois através dele foi possível chegar ao entendimento de elementos importantes para uma orla que leve bem-estar à população.

No capítulo 5, foi feita a apresentação do município de Paulista e bairro de Pau Amarelo, onde está inserido o objeto de estudo. Neste capítulo também foi feita uma análise da situação atual da Orla e entorno imediato do Forte de Pau Amarelo e entrevistas com moradores e frequentadores da área.

No sexto e último capítulo, foram apresentadas propostas de intervenção para a área objeto de estudo. Neste capítulo também foram sugeridos elementos a serem inseridos nesta proposta, como o tipo de piso, mobiliário, iluminação, espécies vegetais, acessibilidade entre outros. Todos os elementos foram escolhidos partindo do princípio de que o local é um espaço público e está em área litorânea, portanto está sujeito a grande circulação de pessoas, sol intenso, vento constante e maresia.

2. TEORIA DO PAISAGISMO

Este capítulo inicial trata do embasamento teórico da pesquisa, com os principais conceitos que nortearão este trabalho, tais como, paisagismo, paisagem, espaços livres públicos, orlas, faixa de praia e calçada.

2.1. O que é paisagem e paisagismo

A paisagem pode ser considerada como tudo aquilo que nós vemos, que está ao nosso redor, como a natureza, as construções e pessoas.

Paisagem é tudo aquilo que está ao alcance do olhar de um indivíduo. É tudo que é visto por alguém, de algum lugar, seja uma vista in natura ou construída, seja uma floresta tropical nativa, uma vista urbana, ou a praça da igreja. Nas cidades, a paisagem é resultado da intervenção humana sobre o espaço natural, de forma que passam a fazer parte dela as intervenções urbanísticas, as edificações e a vegetação urbana. É produzida coletivamente e guarda registros ambientais, históricos, culturais e simbólicos de uma localidade. (MALAMUT, 2011, p.13)

A definição do que é paisagem está totalmente ligada ao elemento observador. Segundo Malamut (2011) é a partir da interlocução entre espaço e observador que se constitui a ideia de paisagem. Para Leite (2012) a paisagem é um fragmento da realidade que temos diante de nós, do qual tiramos partido para entender a realidade total.

A paisagem é algo passível a modificações ao decorrer do tempo, seja por intervenção humana ou através da natureza. Segundo Malamut (2011) A paisagem em si, se constitui a partir de um complexo de fatores emotivo-sensoriais, culturais, naturais e socioeconômicos, formado por cores, movimentos, sons, cheiros e texturas. A paisagem é uma construção mental humana e é variável à nossa percepção, é resultado de nossos sentidos, sentimentos e conhecimentos.

Segundo Serpa (2010, p.14) “a paisagem contemporânea deve ser construída a partir de uma fenomenologia da paisagem, olhar do real concreto e do real-abstrato, o visível e o invisível.”

A paisagem está inteiramente ligada ao paisagismo. Segundo Malamut (2011) o paisagismo é toda intervenção planejada na paisagem, ela pode ocorrer em diferentes escalas, a regional, em uma cidade ou no entorno de edificações. Uma vez

que as paisagens podem ser lidas em diversas escalas, o paisagismo atua também nessas mesmas escalas.

Dessa maneira um projeto paisagístico pode ser feito em uma área privada, praça, parque ou cidade ou pode abranger escalas ainda maiores, como um planejamento regional e territorial. Portanto, conforme diz Malamut (2011) a atuação do paisagista transcende os limites do lote: sua responsabilidade é com a paisagem enquanto bem coletivo e, assim, toda intervenção deve ser consciente e respeitar suas características.

Através do paisagista o paisagismo é capaz de atenuar problemas na vida contemporânea em diversas escalas. Para Malamut (2011) o paisagismo atua em resposta à preocupação com a sustentabilidade e meio ambiente, inclusive interferindo na eficiência energética das edificações e do meio urbano como um todo, na preservação da fauna, flora locais e na preservação da paisagem e identidades locais.

2.2. O que é Espaço Livre Público

A cidade moderna está caracterizada pelo crescimento urbano desenfreado, onde a impermeabilização do solo e a verticalização deflagram uma série de problemas ambientais e sociais, como a diminuição dos sítios naturais e a piora na qualidade de vida da população. Por consequência, os espaços livres e públicos tornam-se raros e importantes, os mesmos amenizam o processo de urbanização, rompendo a monotonia da paisagem da cidade tornando-se refúgios e lugares destinados à tranquilidade e paz (SOUZA, 2003 apud SILVA 2003).

Segundo Sá Carneiro e Mesquita (2000), o espaço urbano é considerado um complexo onde se mesclam espaços edificados e espaços livres, ambos resultantes de atuações humanas seguindo uma lógica interna, a qual é determinada por condicionantes do meio, pela cultura e psiquismo de construtores ao passar dos anos.

No entanto, as soluções de desenho das cidades frequentemente expressam soluções incompatíveis com a identidade local, em termos de inadequação temporal, espacial e ambiental.

O conceito de espaço livre está baseado na intenção de disponibilizar à população o livre acesso a um local, onde possam agir livremente. Segundo Lynch (1990), "É 'livre' porque não está contido em edificações, tendo funcionamento sem

coerção ou discriminação e, em alguns casos, garantindo, sem formalidade, obstáculos ou proibições no tocante ao uso, isento de edificações ou com o mínimo delas.”

São ainda denominados espaços livres as áreas incluídas na malha urbana ocupadas por maciços arbóreos cultivados, representados pelos quintais residenciais, como também pelas atuais áreas de condomínio fechado, áreas remanescentes de ecossistemas primitivos, matas, manguezais, lagoas, restingas, etc- além de praias fluviais e marítimas. (SÁ CARNEIRO; MESQUITA, 2000, p.24)

A denominação espaço livre vem da tradução da expressão ‘open space’ que equivale a espaço aberto. ‘Open spaces’ segundo Lynch são espaços para se desfrutar livre e espontaneamente de inúmeras atividades, onde se possa agir normalmente sem empecilho. Sá Carneiro e Mesquita também abordam conceito acerca do tema.

Definem-se os espaços livres, no contexto da estrutura urbana, como áreas parcialmente edificadas com nula ou mínima proporção de elementos construtivos e/ou vegetação, avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, largos etc- ou com presença efetiva de vegetação-parques, praças, jardins, etc- com funções primordiais de circulação, recreação, composição paisagística e de equilíbrio ambiental, além de tornarem viável a distribuição e execução dos serviços públicos em geral.

São ainda denominados espaços livres as áreas incluídas na malha urbana ocupadas por maciços arbóreos cultivados, representados pelos quintais residenciais, como também pelas atuais áreas de condomínio fechado, áreas remanescentes de ecossistemas primitivos, matas, manguezais, lagoas, restingas, etc- além de praias fluviais e marítimas. (SÁ CARNEIRO; MESQUITA, 2000, p.24)

Os espaços livres públicos podem ainda pode ser divididos em três grupos. Para Sá Carneiro e Mesquita (2000), existe o espaço livre de equilíbrio ambiental, espaço livre de recreação e espaço livre de circulação.

Os espaços livres públicos de equilíbrio ambiental são predominantemente vegetados e cumprem a importante função de elevar a qualidade ambiental e visual das cidades, ajudando a melhorar as condições higiênicas e de saúde pública e apoiar o descanso e recreação de seus moradores. Alguns exemplos desses espaços são as reservas ecológicas, jardins botânicos, parques nacionais, zoológicos, cemitérios e campi universitários (Figuras 1 e 2)

Figura 1 - Parque Zoológico na Argentina.



Fonte: FERNANDANÇAS, 2016.

Figura 2 - Jardim Botânico de Curitiba



Fonte: VIAGEM TURISMO, c2018.

Os espaços livres públicos de circulação, tem a função puramente de intermédio entre dois outros lugares. Exemplos deles são as ruas, refúgios, viadutos e estacionamentos, calçadas, avenidas, trevos, pontes, calçadão, ciclovias, vielas e alamedas (Figuras 3 e 4).

Figura 3 - Avenida Vinte e Três de Maio- São Paulo.



Fonte: REGIONAL NEWS, 2013.

Figura 4 - Ciclofaixa no centro de São Paulo.



Fonte: MOBILIZE, 2017.

Para Sá Carneiro e Mesquita (2000), os espaços livres públicos de recreação são áreas especialmente voltadas para o desenvolvimento de atividades lúdicas ou recreativas. São eles: Parques, Praças, Faixa de Praia, Largos e Pátios, Quadras Poliesportivas, Jardins, Mirantes, Pocket Parks, Parklet, Piscinas Públicas, Parques Lineares e Recantos (Figuras 5 e 6).

Figura 5 - Faixa de praia de Copacabana, Rio de Janeiro.



Fonte: PURE VIAGENS, 2016.

Figura 6 - Mirante com vista para o Rio Jacaré, em Brotas.



Fonte: BROTAS, c2018.

O objeto de estudo, a faixa de praia, se adequa a denominação de Espaço Livre Público (ELP) de recreação e o mesmo será conceituado a seguir.

2.3. Praias

2.3.1. HISTÓRIA DAS PRAIAS

Segundo Sousa (2018), as praias começaram a ser usadas com mais frequência no século XVIII, quando um médico britânico da época chamado John Floyer chegou a conclusão, através de pesquisas, das propriedades de cura que a água possui. Ele chegou à conclusão de que a água salgada possuía o poder de reverter doenças como a paralisia.

Desde então, as praias passaram a ser usadas principalmente para fins medicinais e terapêuticos, o banho no mar acabou sendo utilizado como tratamento para uma série de doenças físicas e mentais.

Ainda de acordo com Sousa (2018), no Brasil, a terapia em praias foi usada pelo rei Dom João VI, que para a curar sua ferida infeccionada na perna, passou a tomar banhos de mar como tratamento médico.

A partir deste momento, diversas casas de banho foram abertas no Rio de Janeiro, e com isso o banho no mar passou a ser uma ação cada vez mais frequente da população.

No Brasil a praia passou a ter ainda mais frequentadores por volta de 1800, e segundo Vitorino (2015) passaram a ter a finalidade de lazer no início dos anos 1800, quando as pessoas começaram a ir a praia para ter um pouco de diversão. Com a

introdução das ferrovias, as praias se tornaram ainda mais populares, pois se tornou mais fácil a locomoção até o local (Figuras 7 e 8).

Figura 7 - Vista de Copacabana por volta de 1905.



Fonte: COPACABANA, c2018.

Figura 8 - Praia de Inhagá no início dos anos 1900.



Fonte: COPACABANA, c2018.

2.3.2. CONCEITO DE PRAIA

O termo praia possui conotações diferentes de acordo com diferentes autores. Para Horikawa (1988 apud HOEFEL, 1998) praias são regiões de sedimentos inconsolidados, situadas sobre regiões costeiras, por isso possuem facilidade para se deformar pela ação das ondas. Outros autores definem como ambientes sedimentares costeiros formados pela ação das ondas, compostas por material granular inconsolidado, cascalho, partículas soltas de mineral e rocha na forma de areia, ao longo da margem de um corpo de água (mar ou oceano).

Praias são áreas e/ou porção de areia compreendidas entre a água do mar e o início da vegetação ou, quando esta for inexistente, do primeiro ecossistema e/ou orla

marítima, (Figuras 9 e 10). Áreas em que não há uma urbanização efetiva (calçada, ruas, avenidas etc). A Constituição Federal (1988) também conceitua praias.

Figura 9 - Praia de Copacabana, Rio de Janeiro.



Fonte: MOMONDO, 2016.

Figura 10 - Praia de Varadero (Cuba).



Fonte: EL PAÍS, 2018.

Art.10 [..]

§ 3º Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema". (Brasil, PNGC 1988)

Segundo a definição de Muehe (1994), as praias são depósitos de sedimentos, em sua maioria arenosos, acumulados por ação de ondas que, por apresentar alta mobilidade, se ajustam às condições de ondas e maré atuando como um importante elemento de proteção do litoral. Ou seja, são ambientes compostos basicamente de água e areia onde a dinâmica de ondas e marés determinará sua estrutura e classificação.

De acordo com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), as praias são bens públicos de uso comum do povo, é assegurado, sempre, livre acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica

Silva (2008), "que considera praias como "bens de uso comum do povo", entendendo-se como tal todos os bens inapropriáveis e inalienáveis, existentes no território do país, cuja utilização não pode ser restringida de forma alguma, sendo passível de fruição por qualquer pessoa do povo". Já segundo Santos (1985) appud

Silva (2008) "Praia é ainda o fundo do mar, parte arenosa, que o mar cobre e descobre com o fluxo e o refluxo das águas" o conceito de praia que nos foi trazido pelos descobridores, vem do Direito Romano. E segundo Beviláqua appud Silva (2008), praia é o terreno que o mar cobre nas suas maiores enchentes.

São caracterizadas ainda como bens da União (Figura 11), segundo o Art. 20, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB).

São bens da União: IV as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal.(Art. 20,inciso IV, CRFB)

Figura 11 – Tipos de Bens da União



Fonte: BRASIL, c2018.

Além dos citados no art,20 da Constituição Federal, a União também possui a propriedade de imóveis por outras diversas razões. Segundo dados do Ministério de Planejamento e Gestão (2014) são bens da união imóveis recebidos como pagamento por dívidas de terceiros.

Praias são bens públicos de uso comum do povo e os terrenos não se confundem com os terrenos de marinha (Figura 12), cujo conceito está citado no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC).

Art. 2º São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831:

- a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés;
- b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés. (Brasil, PNGC, 1831)

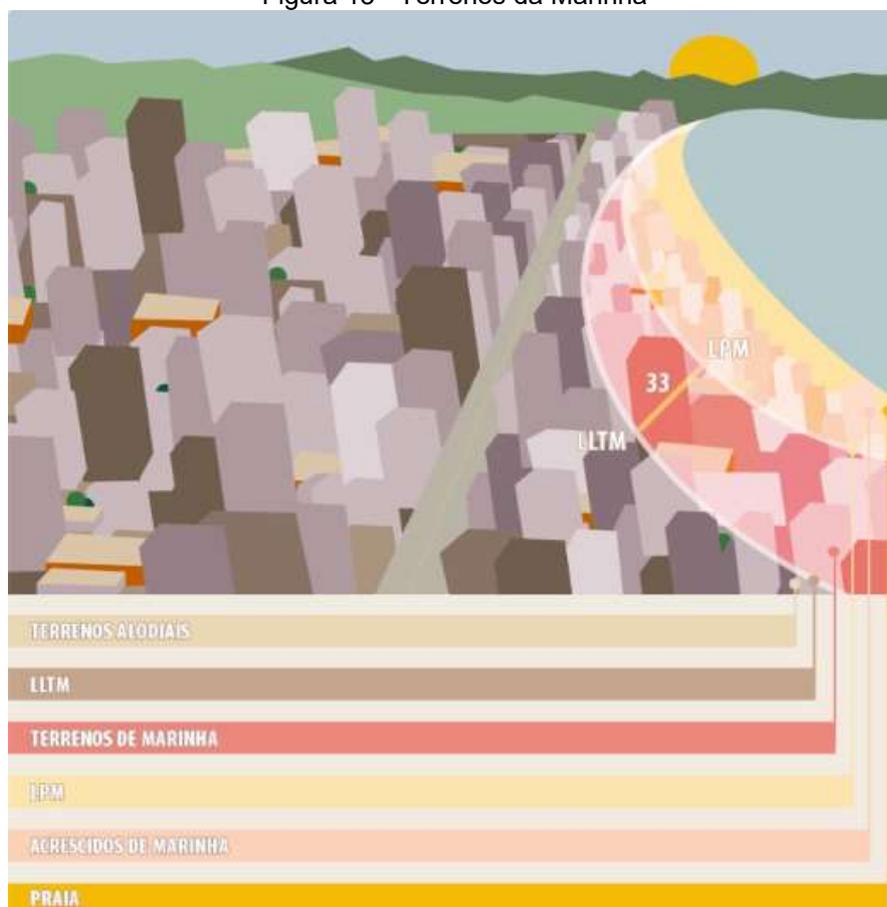
Figura 12 - Terrenos da Marinha



Fonte: MARTINS, 2016.

Segundo o art. 2º do Decreto lei n. 9760/46, a linha do preamar médio citada acima é definida pela média das marés mínimas e máximas. Atualmente a sua medida está baseada na média do ano de 1831, ano em que foi feita sua primeira medição oficial. Essa medida é usada para dar garantia jurídica e a partir da determinação da linha da preamar média inicia-se a delimitação dos terrenos de marinha (Figura 13).

Figura 13 - Terrenos da Marinha



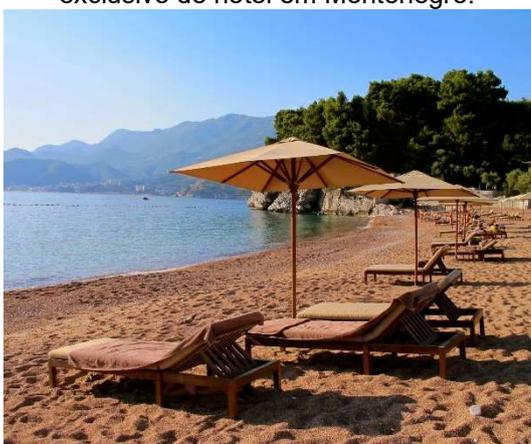
Fonte: BRASIL, c2018.

A grande maioria das áreas costeiras do Brasil possuem construções, orlas, e diversas edificações, que estão, portanto em terrenos da marinha, que são bens da união. Segundo Romiti (2017) aproximadamente 42 milhões de pessoas fazem uso de cerca de 700.000 imóveis definidos como bens da União. Estes imóveis tem seu valor total estimado em R\$192.000.000.000,00 de reais. Os proprietários destes imóveis, no entanto não tem a posse do terreno, mas sim o direito de uso deles, que é permitido através do pagamento de uma taxa à união por estar em terrenos de marinha.

As praias são locais públicos, portanto o livre acesso deve ser assegurado, porém atualmente muitas delas têm sido privatizadas por grandes hotéis, mansões, condomínios de luxo e resorts. Estes tomam o trecho próximo às suas construções como áreas privativas, com isso as praias se tornam inacessíveis para a população em geral. E de acordo com Daflon (2017), condomínios de luxo muitas vezes, propagandeiam que tornar as praias privativas é uma maneira de se preservar a área, quando na realidade, estão visando apenas interesses privados.

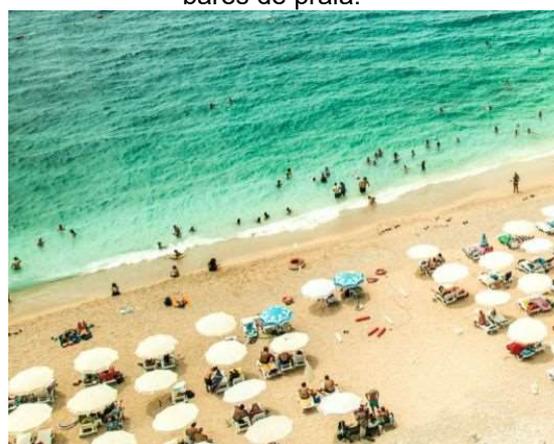
Muitas praias atualmente também são privatizadas por bares e barracas de praias, ocupando toda a faixa de areia com mesas para seus clientes, impedindo o livre uso do local por pessoas que não consome nos estabelecimentos (Figuras 14 e 15).

Figura 14 - Praia privatizada para uso exclusivo de hotel em Montenegro.



Fonte: LIECHAVICIUS, 2013.

Figura 15 - Exemplo de privatização por bares de praia.



Fonte: ROLNIK, 2016.

2.4. Faixa de praia e calçadão

Para Sá Carneiro e Mesquita, faixa de praia é um Espaço Livre Público (ELP) que inclui a faixa de areia e todos os equipamentos do calçadão.

Faixa de praia é um espaço livre com raio de influência metropolitana que se desenvolve na área litorânea, com vegetação predominante de coqueiro, podendo conter tanto equipamentos de esportes- quadras, campos de futebol, equipamentos de ginástica, pista de skate, playground, pista de cooper, pista de patins- quanto de lazer contemplativo- bancos quiosques, pergolados, etc. (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000, p.28)

As faixas de praia e calçadões estão inseridas na área que compreende a Zona Costeira. Se refere a uma parte terrestre que abrange diferentes estados e municípios, e a uma parte marinha, chamada de mar territorial brasileiro, que corresponde a uma largura de 12 milhas náuticas a partir da costa para dentro do continente. Para Thais Pacievitch (2006), é chamada de Zona costeira brasileira a faixa de praia de cerca de 8,5 mil quilômetros de extensão, abrangendo 17 estados, com 25% da população do Brasil. Se estende do Norte (Foz do Rio Oiapoque) ao Sul do país (Chuí) (Figura 16).

Figura 16 - Extensão da Zona Costeira Brasileira



Fonte: KELMAN, J, [2017].

Nos dias atuais um grande número destas faixas de praia têm sido o destino final de poluentes como o esgoto doméstico. Segundo Gama (2015) o despejo de esgoto não tratado no mar gera o aumento de matérias na água, com isso há uma elevação no número de nutrientes, com isso gera o aumento de bactérias nocivas à saúde humana e crescimento de microalgas marinhas. Por causa dessas questões muitas praias são impróprias para o banho, como as praias de Maceió, por exemplo,

que segundo a análise de balneabilidade das praias alagoanas, 80% delas estão impróprias para banho (Figuras 17 e 18).

Figura 17 - Esgoto deságua em praia no bairro de Stella Maris, área turística em Maceió.



Fonte: SOS RIOS DO BRASIL, c2018.

Figura 18 - Esgoto à céu aberto na praia de Ponta Negra.



Fonte: SOS RIOS DO BRASIL, c2018.

Para Macedo (2012), a faixa de praia vem se modificando nos últimos anos, além de estar diminuindo vem passando a ter novos usos. Se tornaram espaços generosos para recreação tanto em dimensão como em quantidade, atualmente podem inibir a demanda de espaços recreativos intra-lote e vice-versa. Em cidades como Rio de Janeiro, Santos e Recife, com bairros praianos densamente verticalizados, a demanda de espaços recreativos existente, em função da falta de jardins e quintais onde se possa brincar ou jogar é atendida pela existência da praia que exerce o papel de um grande parque público e que centraliza todas as atividades de recreação.

Ainda segundo Macedo (2012), a orla marítima e as faixas de praia dos grandes centros passaram por radicais transformações dentro de um processo de valorização e eco edificação que a vista e a proximidade do mar favorecem. Amplas áreas do tecido urbano foram transformadas ao longo dos anos em paisagens verticalizadas, através de um processo de substituição de velhas estruturas construtivas por outras novas. Tendo como um exemplo a orla de Boa viagem, no Recife. O local no início dos anos de 1950 era apenas uma área de veraneio (Figura 19) onde possuíam poucas construções e ao longo dos anos foi se transformando em um grande paredão de edificações, residenciais e hotéis em sua maioria (Figura 20).

Figura 19 - Orla de Boa Viagem por volta de 1950.



Fonte: LÉLIS, 2018.

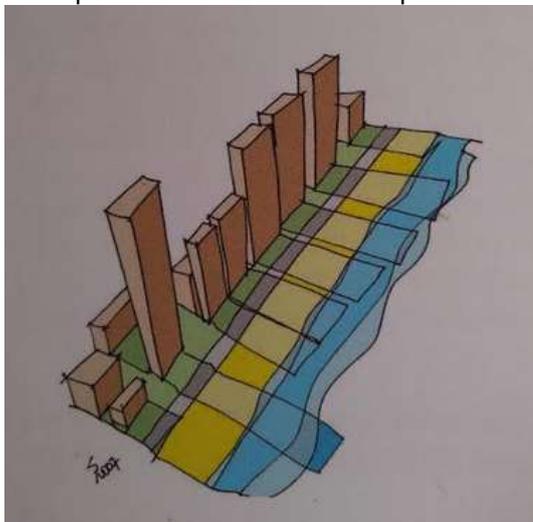
Figura 20 - Orla de Boa viagem atualmente



Fonte: MACHADO, 2015.

Esta transformação citada por Macedo (2012), acabou levando a um novo padrão construtivo para as orlas brasileiras, as grandes torres que formam uma espécie de paredão em frente ao mar é uma característica muito comum em todo litoral Brasileiro (Figuras 21 e 22).

Figura 21 - Sombreamento proporcionado por altas torres na faixa de praia.



Fonte: MACEDO , 2012, p. 97.

Figura 22 - Orla de Villa Velha.



Fonte: GAZETA ONLINE. 2018.

Para Salles (2013), a expansão urbana e populacional, junto com a falta de gerenciamento do ambiente costeiro afetam as dinâmicas entre meio ambiente e a ocupação humana nas orlas marítimas. Essas dinâmicas geram a destruição das defesas naturais, construções desordenadas, arranque da cobertura vegetal,

degradação dos ecossistemas litorâneos, como arrecifes, estuários, restingas e dunas.

Algumas faixas de praias possuem calçadões, que são espaços destinados ao passeio e interação social. Segundo Macedo (2012), são espaços públicos brasileiros que surgiram no século XX, a princípio como jardins que acompanham trechos das orlas carioca e santista, e a partir da construção do calçadão da Avenida Atlântica, se torna um padrão de tratamento das orlas brasileiras urbanas, sejam elas marítimas, fluviais ou lagunares.

O conceito de passeio, ao longo de corpos de água, foi inserido em diversas cidades pelo Brasil, variando de acordo com a disponibilidade de espaço do local. Com o passar dos anos para Macedo (2012) o calçadão da orla marinha brasileira passou a se diferenciar bem dos primeiros construídos no país e é a reunião de duas formas distintas (Figuras 8 e 9).

O calçadão contemporâneo é resultado da síntese entre duas formas de tratamento da orla, a calçada de passeio de Botafogo, Ipanema e Copacabana, que não possuíam nenhum atrativo maior de que o simples passear, e da praia urbana do Nordeste do país, nas quais a população se reunia em quiosques na areia para passar o tempo, comer e beber. (MACEDO, 2003 p.205)

Figura 8- Orla de Copacabana (calçadão de passeio).



Fonte: HISTÓRIAS PARA VIAJAR, c2018.

Figura 23 - Orla de Fortaleza (possui usos além do passeio)



Fonte: HISTÓRIAS PARA VIAJAR, c2018.

Portanto, de acordo com o que diz Macedo (2003), os calçadões brasileiros possuem atualmente duas tipologias: calçadão simples, apenas para passeio, ou a tipologia mais elaborada, com diversos equipamentos e áreas com funções distintas, lazer, contemplação, esporte, eventos, entre outros. Ainda segundo Macedo (2012), os calçadões passaram por mudanças ao longo dos anos e foram sendo inseridos mais elementos a eles. Para Macedo (2012), os calçadões no Brasil atualmente incorporam formas de uso de outros espaços, como o comer ao ar livre em mesinhas dos *boulevares* franceses, passeios das *water fronts* das cidades americanas e inglesas e atividades recreativas de parques, praças e clubes. Com isso, algumas orlas brasileiras se aproximam de parques urbanos, tratadas paisagisticamente, com calçadões, áreas destinadas ao lazer e esportes (Figuras 24-27).

Figura 24 - Orla de Salvador, com área de convívio, contemplação e *playground*

Fonte: TODA BAHIA, c2018.

Figura 25 - Quiosques da orla de Santos.



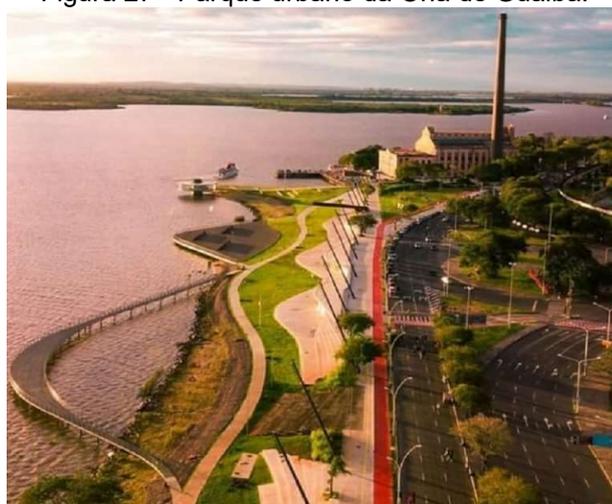
Fonte: TURISMO EM SANTOS-SP, 2018.

Figura 26 - Academia pública na orla de Florianópolis



Fonte: ZIOBER BRASIL, 2018.

Figura 27 - Parque urbano da Orla de Guaíba.



Fonte: PORTO ALEGRA 24 HORAS, 2018.

Macedo (2012) faz considerações ainda sobre a alta visibilidade urbana que as orlas possuem. Por esse fator, políticos em exercício do mandato tem o interesse de ter atribuído à sua gestão requalificações feitas em uma área já consolidada pela população, para de alguma forma ser lembrado. Em muitos casos as reformas não atendem plenamente às demandas existentes.

É o caso da orla de Maceió, que passou por reformas nos anos de 2007 e 2009. A área onde se localiza está próxima da região turística da cidade, possuindo assim grande visibilidade. Enquanto isso a cidade não possuía nenhum parque público de qualidade e conta com pouquíssimas praças em seus subúrbios. Da mesma maneira o calçadão da praia de Iracema em Fortaleza passou por grandes intervenções. (MACEDO, 2012, p. 22)

A orla marítima passou a ter recentemente ações para o ordenamento da ocupação, uso do solo e gerenciamento de suas áreas. Tem a função de promover diretrizes que focam na preservação, conservação ambiental, e através destas ações foi concretizada a idéia de gestão das praias. Os pontos citados e recomendações sobre eles estão presentes no Projeto de Gestão Integrada da Orla, o Projeto Orla (2006) desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). O programa tem como um dos objetivos descentralizar as políticas que envolvem a orla, dando maior poder aos municípios. Este programa possui cinco etapas de metodologia: instrumentalização, diagnóstico, consolidação, planejamento das ações locais e implementação destas ações.

O Projeto Orla (2006) é uma ação do Ministério do Planejamento que tem como objetivo ordenar e utilizar de maneira sustentável os espaços das regiões costeiras brasileiras. Suas ações ocorrem em conjunto, com os três níveis de governo e a sociedade civil, através da elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla e gestão compartilhada das áreas de posse da união. O projeto tem como finalidade garantir o livre acesso, preservação e conservação das praias. Anteriormente, essa ação era desenvolvida em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Suas ações buscam promover o ordenamento das áreas litorâneas sob domínio da União. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2006) seus objetivos estão baseados em três diretrizes:

- Fortalecimento da capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço;

- Desenvolvimento de mecanismos de participação e controle social para sua gestão integrada;
- Valorização de ações inovadoras de gestão voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos.

Em dados do Manual de Gestão do Projeto Orla (2006) é explicado que o projeto procura analisar problemas causados pela fragilidade do ecossistema, pelo aumento do uso e ocupação desordenada das regiões litorâneas e o aumento dos processos de erosão e de contaminações das praias, seja por esgoto que desembocam nas praias ou lixo. Analisam também como está a utilização dos bens da união, procurando levar usos adequados a áreas públicas e recursos naturais existentes.

2.5. Elementos em Projetos Paisagísticos

O paisagismo é a organização dos espaços externos, sejam eles na cidade ou no campo, com a finalidade de proporcionar bem-estar aos seres humanos e conservar bens naturais. Ele engloba ciências, engenharia e arte visando a um resultado único que incorpore bom gosto e funcionalidade, e interagindo com as construções e benfeitorias a seu redor Segundo Rocha (2013). Vários elementos já existem no local, outros serão inseridos, todos estes devem ser considerados ao dar início a um projeto. São eles: a vegetação, a terra, a morfologia do terreno, os equipamentos de lazer, a água, a circulação, os passeios, o mobiliário urbano e a iluminação.

Segundo Ortega (2008) a vegetação é um conjunto de organismos vivos, presentes na natureza ou implantados nela, por meio da qual se pode modificar o ambiente. A vegetação se articula e modifica os espaços livres, por meio das suas características, funções e significados.

Para a escolha da vegetação deve considerar o porte, tempo de crescimento, tipo de raiz, época de floração, característica de flores e frutos, dimensão, toxicidade, adaptação às qualidades do solo, cuidados necessários e adequação à paisagem e clima da região. Deve-se privilegiar na escolha da vegetação, mudas de pequeno e médio porte, rápido crescimento, resistente à pragas e doenças e espécies frutíferas, com o intuito de atrair a fauna local segundo Ortega (2008). Ainda segundo Ortega

(2008), deve ser prevista também a infraestrutura instalada, tanto a aérea como a enterrada. As raízes da vegetação devem ficar distantes de canaletas, guias, etc. Deve-se escolher árvores com raízes não agressivas quando forem próximas aos passeios.

Para Leitão (2002), é importante observar as espécies que serão implantadas no projeto. Elas são divididas em espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas. As arbóreas possuem tronco lenhoso, que podem ser de grande porte (acima de 10 metros), médio porte (entre 5 e 10 metros) e pequeno porte (até 5 metros).

Figura 28 – Noivinha- pequeno porte.



Fonte: FLORECULTURAMIX, 2016.

Figura 29 – Resedá- médio porte.



Fonte: FLORECULTURAMIX, 2016.

Figura 30 - Ipê – grande porte.



Fonte: LOJAPLANTEI, 2016.

As espécies arbustivas são espécies menores que as arbóreas, possuem diversas cores e formas e são muito usadas para criar canteiros.

Figura 31 – Alecrim



Fonte: FLORECULTURAMIX, 2016.

Figura 32 – Medronheiro



Fonte: FLORECULTURAMIX, 2016.

As espécies herbáceas são vegetais de pequeno porte , com troncos frágeis, não lenhosos. Esta espécie produz florações com cores diversificadas e necessitam de mais cuidados.

Figura 33 – Armeria Marítma



Fonte: DEPOSITPHOTOS, 2015.

Figura 34 – Rosa Flor



Fonte: DEPOSITPHOTOS, 2015

É importante se escolher vegetação nativa ou bem adaptada. Esta não pode gerar riscos para a população nem ter frutos ou flores que provocam toxidez. Além de ser escolhida com base em seu porte, tipo de raiz, adaptação a condições de solo, luz natural, resistência a pragas e doenças e produção de frutos para atrair a fauna local. Da mesma forma, é preciso que se adquira mudas de bom porte, com procedência e preços em conta. (ROCHA, 2013, p12)

A terra é um elemento paisagístico que pode e deve ser modelado de acordo com o local. A alteração do terreno por meio da construção e modificação de volumes pode modificar os usos e distribuir melhor os espaços. Para Ortega (2008), em caso de terreno com inclinações acentuadas ou terra pouco agregada, deve-se utilizar o sistema de terraceamento, para conter erosões. É importante também respeitar as características da topografia existente.

Quanto ao relevo geral, este não poderá ser modificado e, quando em terrenos muito inclinados, deve-se fazer a sua conservação com a locação e a execução de terraços. No início das obras, deve-se retirar amostras de terra para fazer a análise de solo e efetuar as devidas correções e adubações.(ROCHA, 2013, p.12)

Também deve ser feita a análise do solo antes do plantio. Segundo Ortega (2008), amostras para a análise da terra devem ser colhidas no início da obra de terraplenagem, para assim seguir o cronograma de plantio. A textura e a cor da terra podem indicar a qualidade, que está ligada a sua fertilidade e às condições necessárias ao plantio.

O Projeto de Paisagismo deve tirar partido dos corpos d'água presentes e captação das águas através da drenagem, pois elas podem ser um importante elemento projetual.

A irrigação da vegetação também deve ser prevista no Projeto de Abastecimento de Água dos condomínios e das praças, com a locação dos pontos de água.

Deve-se considerar possíveis drenagens, bem como a melhor maneira de realizá-las. Da mesma forma, planeja-se a irrigação, escolhendo a mais adequada e os locais de captação da água, para que esta seja economizada. (ROCHA, 2013, p.13)

O mobiliário urbano, da mesma forma que a vegetação contribui para a estruturação e organização do espaço. De acordo com Mascaró (2008), o mobiliário dá maior funcionalidade e maior conforto ao local e cumprem também com a função estética do espaço. Deve-se prever a adequação de cada mobiliário a uso do local onde será inserido. E segundo Rocha 2013, é importante analisar o orçamento e propor mobiliário resistente e de fácil reposição, no caso do paisagismo público.

Em projetos de paisagismo podem ser utilizados bancos, mesas, postes de iluminação, lixeiras, etc. Devem ser resistentes e exigir pouca manutenção.

Os bancos em áreas públicas devem ser confortáveis, resistentes e compor esteticamente o local (Figuras 35 e 36). Devem ser usados preferencialmente sobre a sombra de árvores, em locais destinados à descanso e conversas e em áreas com grande fluxo de pedestres.

Figura 35 - Banco de concreto



Fonte: BANCOS DE PRAÇA, 2017.

Figura 36 - Banco de madeira



Fonte: BANCOS DE PRAÇA, 2017.

Mesas e assentos são elementos muito importantes em áreas públicas destinadas à ser um ponto de encontro e convívio. Este mobiliário deve ser confortável e possuir alturas e distancias adequadas, pensando principalmente nos idosos e deficientes, de forma que inclua estes grupos no uso deste mobiliário. Podem ser usados como mesas de jogos, como dominó e xadrez, que são bastante usados em áreas públicas (Figura 37).

Figura 37 - Mesas destinadas a jogos.



Fonte: REIS, c2018.

A iluminação tem a função de levar maior visibilidade ao local durante o período da noite, gerando assim maior segurança e bem-estar, gerando autonomia aos usuários também de baixa visão. Deve-se pensar no material e sua resistência e as alturas dos postes de acordo com o local a ser inserido, postes pequenos de 3 a 5 metros e altos de 10 a 15 metros (Figura 38).

Figura 38 - Poste de iluminação



Fonte: PREFEITURA DE MARINGÁ, 2011.

As lixeiras são elementos muito importantes em uma área pública, ajudam a manter a limpeza do local. É preciso observar o tipo de material, formato, e cores, podem ser lixeiras comuns ou de coleta seletiva (Figura 39 e 40).

Figura 39 - Lixeira comum.



Fonte: SEGURANÇA PATRIMONIAL, 2017.

Figura 40 - Lixeira de coleta seletiva.



Fonte: SEGURANÇA PATRIMONIAL, 2017.

Para a escolha dos pisos deve considerar os diferentes usos no projeto. De acordo com Ortega (2008), os critérios para a sua especificação devem considerar a qualidade estética, a durabilidade, a facilidade para manutenção, a permeabilidade às águas da chuva. Deve-se privilegiar o uso de elementos drenantes, como gramado, pedriscos e pisos articulados, e sempre que possível deixar o máximo de solo permeável para a absorção de água e ocupação da vegetação. Podem ser usados também o piso cimentício, de pedra, de madeira, emborrachado, intertravado entre outros, diante das opções existentes, a sua escolha deve ser feita pensando também na facilidade sua manutenção e instalação.

Pode se inserir também uma paginação criativa, com diferentes tipos de piso para indicar diferentes áreas, apropriando-se a cada uso, como pistas de cooper, quadras de esporte, circulação, entre outros (Figura 41 e 42).

Figura 41 - Piso delimitando áreas de usos diferentes.



Fonte: TETRACON. c2015.

Figura 42 - Piso com paginação criativa.



Fonte: TETRACON. c2015.

A iluminação é outro elemento importante em projetos de paisagismo. Podem ter funções estéticas, além da sua principal finalidade de aumentar a segurança e criar condições para a melhor utilização do espaço externo em horários noturnos.

Segundo Ortega (2008) deve-se prever iluminação nos acessos, nas áreas de circulação, de lazer, de esportes, otimizando a localização dos pontos de luz. O projeto de iluminação específico deve fazer parte do projeto de elétrica do local ou empreendimento, além dos padrões ou referências para as luminárias e postes de luz.

No projeto paisagístico, tudo deve ser avaliado, como a necessidade de rampas, pérgulas, canaletas, grelhas, escadas hidráulicas, corrimões e outros elementos, que possam facilitar o acesso ou servir de uso para o escoamento de águas pluviais. (ROCHA, 2013, p.13)

A acessibilidade e o desenho universal são pontos fundamentais no projeto de paisagismo, pois o espaço paisagístico deve ser utilizado livremente por todas as pessoas, incluindo pessoas com deficiência, sejam deficiência visual (baixa ou nenhuma visão), auditiva, motora ou surdez, não havendo exclusão.

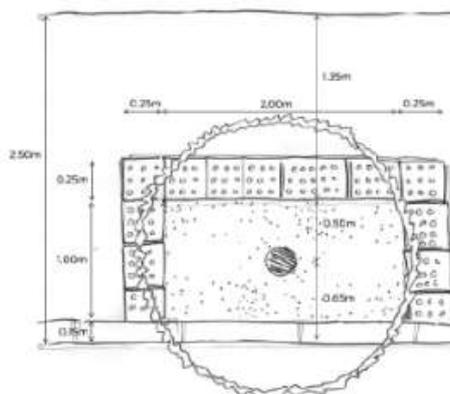
O conceito de desenho universal tem como pressupostos: equipação das possibilidades de uso, flexibilidade no uso, uso simples e intuitivo, captação da informação, tolerância ao erro, mínimo esforço físico, dimensionamento de espaços para acesso, uso e interação de todos os usuários (ABNT NBR 9050:2015, p. 04).

Para Cambiarghi (2007) os princípios adotados pelos projetos em cidades devem atender ao desenho universal, de maneira que promova a funcionalidade, autonomia e acessibilidade, para que assim, todos possam aproveitar igualmente o que o local tem a oferecer aos usuários.

Para que isso aconteça, há alguns pontos que devem ser seguidos para obter um projeto com acessibilidade.

- No piso deve ser instalado o piso tátil direcional e de alerta, indicando o deficiente visual à todos os caminhos existentes como um guia para um passeio tranquilo, livrando dos obstáculos (Figura 43). O piso deve ser usado também no entorno dos mobiliários e árvores. Nos desníveis de 5 mm a 15 mm rampas devem ser instaladas, com sua inclinação máxima de 50%. Em desníveis maiores que 15 mm, deve ser colocado degrau e ser sinalizado.

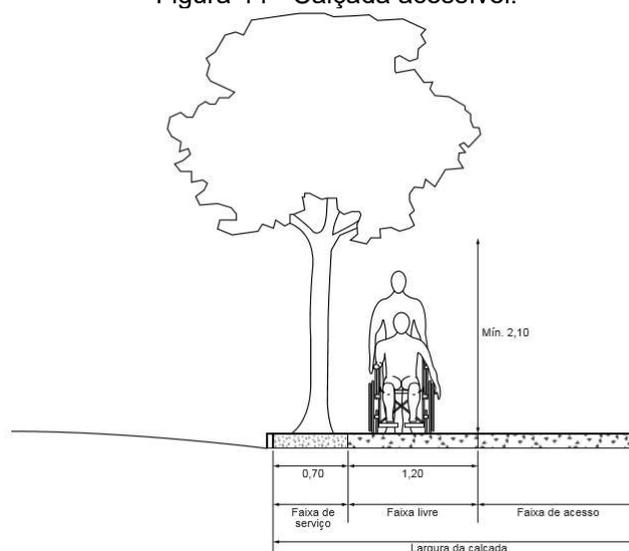
Figura 43 – Piso tátil de alerta.



Manutenção da arborização da cidade do Recife, 2013.

- Devem ser colocados totens, placas de informação em braile e mapa tátil, para que deficientes visuais tomem conhecimento do que existe no espaço, para poder ser localizarem no espaço e até conhecerem a história ou informações relevantes do local.
- Os bancos e conjuntos de mesas e cadeiras devem ter espaço para cadeirantes.
- As calçadas devem ser acessíveis, segundo a NBR9050 deve ter faixa livre de no mínimo 1,20 com altura mínima de 2,10, com inclinação máxima de 3%. A Faixa de serviço deve conter no mínimo 0,70 m, para acomodar postes, canteiros, árvores e mobiliários (Figura 44).

Figura 44 - Calçada acessível.



Fonte: NBR 9050, 2015, p 75.

- É indicado também que contenham largura suficiente para que o passeio proporcione boa mobilidade e fluxo dos usuários. As calçadas também devem ter espaço suficiente para os mobiliários urbanos necessários (Figura 45).

Figura 45 - Passeio com espaço para mobiliários urbanos.



CAMBIAGHI, 2007. p.172.

- As calçadas devem ser rebaixadas ou faixa de pedestre elevada para facilitar o acesso de cadeirantes. Nos cruzamentos de ruas, principalmente de grande fluxo, é interessante se ter sinal sonoro, que emita sons para indicar quando o sinal está aberto ou fechado para pedestres.

Figura 46- Exemplo de calçada rebaixada.



Fonte: Cambiaghi, 2007. p.172.

Figura 47 - Faixa de pedestre elevada.



Fonte: PATOSONLINE, 2018.

Pensando ainda em espaços públicos para todos, podem ser implantados jardins sensoriais, com espécies vegetais que liberem cheiro, aguçando o paladar e o tato. Nestes locais pode se usar pisos com materiais e texturas diferentes, para criar trilhas podais, pergolados com trepadeiras com cheiro.

Figura 48 - Jardim sensorial.



Fonte: CULTURAMIX, 2014.

Figura 49 - Jardim sensorial.



Fonte: CULTURAMIX, 2014.

Conhecendo e estudando estes elementos, pode-se planejar o projeto paisagístico, sempre levando em consideração todas as necessidades do local e usuários, assim como as etapas que devem ser cumpridas na obra, além dos materiais necessários. O sucesso do projeto deve sempre respeitar o bem-estar das pessoas que frequentam estes espaços.

3. PAISAGISMO EM ÁREAS HISTÓRICAS

A área de intervenção compreende um trecho da Orla de Pau Amarelo e entorno imediato do Forte de Pau Amarelo, por isso está inserida em uma ZEICH (Zona de Interesse Histórico e Cultural) de acordo com o Plano Diretor de Paulista (2012). Por ter a presença deste elemento tido como patrimônio cultural, é importante entender conceitos acerca deste tema. O forte é tombado á nível Federal por isso também é relevante abordar conceitos sobre tombamento e preservação do entorno de áreas tombadas. Neste capítulo será abordado os conceitos acerca dos temas citados acima.

3.1. Patrimônio cultural

Segundo Pelegrini (2006 apud Rocha, 2012) o que se entende por patrimônio cultural está intimamente ligado às lembranças e memórias ligadas à determinado bem. Isso influencia diretamente nas ações tomadas para a preservação do patrimônio, já que são preservados bens que possuem alguma relação de identidade cultural com a sociedade.

Para Lemos (2009), o ato de preservar deveria ser considerado uma obrigação, para assim salvaguardar a nossa identidade cultural, como também é explicado por Barros.

O património cultural inclui não só a herança cultural de cada povo que se manifesta pelas expressões «mortas» como os locais arqueológicos, os monumentos arquitectónicos relevantes pelos estilos que mostram ou pelos eventos passados que evocam, enfim objectos artísticos e também de valor histórico hoje em desuso, mas também pelos bens culturais actuais, tangíveis e intangíveis, novas formas de artesanato englobando a assimilação local de novas tecnologias, as línguas e a sua evolução viva, os conhecimentos e vivências actuais (BARROS apud CAFÉ, 2007, p.22).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Café (2007) acredita que promover a preservação de um patrimônio é importante, pois assim, é possível levar a gerações futuras conhecimentos de sua cultura em tempos passados. O patrimônio é considerado também um “conjunto de marcas ou vestígios da actividade humana que uma dada comunidade considera essenciais para a sua identidade e memória

colectivas, a preservar e transmitir às gerações 22 vindouras” (FRIER apud CAFÉ, 2007, p.21), Alberti possui conceito semelhantes acerca disto.

O passado só permanece “vivo” através de trabalhos de síntese da memória, que nos dão a oportunidade de revivê-lo a partir do momento em que o indivíduo passa a compartilhar suas experiências, tornando com isso a memória “viva” (ALBERTI, 2004, p. 15).

De acordo com o artigo 216 da Constituição Federal, patrimônio é conceituado como, “I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (BRASIL, 1938, art. 216)

Bem Cultural é “produção humana, material e imaterial, e também a natureza, que propicie o conhecimento e o entendimento do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia” Lemos (2006). Ele diz ainda que são características que fazem parte de uma cultura e são levados de geração em geração, como artefatos, objetos, monumentos e edifícios, para através destes elementos garantir que a história e cultura de sociedade irá se perpetuar através do tempo.

Segundo o IPHAN (2014), o Patrimônio Cultural é classificado de duas maneiras, pode ser considerado como patrimônio material e imaterial. O patrimônio material segundo o Iphan (2014) é o conjunto de bens e construções que fazem parte da cultura de determinado comunidade. São classificados de acordo com sua natureza, que pode ser arqueológica, histórica, paisagística e etnográfica, belas artes e artes aplicadas. Os patrimônios materiais ainda se subdividem em bens imóveis e móveis, os bens determinados como imóveis são os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais, e os bens móveis são as coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Entre os bens materiais pode-se citar conjuntos arquitetônicos históricos em Paraty no Rio de Janeiro, Sítio Histórico em Olinda, Pernambuco (Figura 50) . Já os bens paisagísticos, pode-se citar os Lençóis, na Bahia, e o Corcovado no Rio de Janeiro (Figura 51).

Figura 50 - Casas históricas em Lençóis, na Bahia.



Fonte: VALORCULTURAL, 2009.

Figura 51 - Corcovado Rio de Janeiro.



Fonte: VALORCULTURAL, 2009.

De acordo com o IPHAN (2014) o patrimônio imaterial corresponde a práticas da vida social que se manifestam por meio de saberes, ofícios e modos de fazer. Ou seja, tudo que faz parte da cultura de uma sociedade e que podem ser expressados por meio de celebrações, expressões cênicas, plásticas, musicais, e em locais onde se expressão a cultura local ou do país, como mercados, feiras e santuários.

Patrimônios imateriais são as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, que através de instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associadas comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 2018)

Entre os bens imateriais brasileiros estão, por exemplo, a festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré (Figura 52), o Frevo (Figura 53), a capoeira e as matrizes do Samba no Rio de Janeiro.

Figura 52 - Festa do Círio de Nossa Senhora.



Fonte: ICALENDARIO, 2018.

Figura 53 - Dança do Frevo.



Fonte: CAMPÊLO, 2018.

Os bens históricos imateriais são classificados também em quatro grupos, são eles:

Saberes: ofícios e modos de fazer (conhecimentos e modos de fazer enraizado no cotidiano das comunidades).

Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.

Formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.

Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (IPHAN, 2014)

Após os conceitos abordados, é importante frisar que o forte se enquadra como Bem Cultural Material tombado á nível Federal por ser uma construção que faz parte da história do município de Paulista, de Pernambuco e do Brasil. Ele é um dos sete fortes protegidos pela lei do tombamento em Pernambuco segundo dados do IPHAN (2014), que estão incluídos: Forte das Cinco Pontas (Recife), Forte do Buraco (Recife), Forte Orange (Itamaracá), Forte do Brum (Recife), Forte Nossa Senhora dos Remédios (Fernando de Noronha) e o Forte São Francisco (Olinda).

3.2. Conceito de tombamento

O tombamento é considerado o instrumento usado para reconhecer e proteger o patrimônio cultural. O ato de tombamento pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal segundo dados do IPHAN (2014).

Conforme a Secretaria do Estado e Cultura (2014), o conceito de tombamento vem do sentido de se registrar e manter aquilo que representa valor para uma comunidade, e por meio de leis específicas proteger e cuidar deste elemento.

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. (SEEC/CP, 2014)

Portanto, através do decreto de tombamento busca preservar referências de uma cultura, marcas e marcos da vida e história de diferentes grupos de uma sociedade.

O tombamento é um instrumento jurídico de proteção ao patrimônio natural e cultural. Quando uma pessoa é proprietária de um bem de valor para a cultura do país, o Estado pode intervir e sujeitá-la a um regime especial de tutela, usando de seu domínio eminente no cumprimento do dever de proteção à cultura. Esta limitação ao direito de propriedade é consentânea com vários

dispositivos constitucionais que, em conjunto, atribuem uma função social à propriedade (BRASIL, 1938)

A Constituição Federal, em seu artigo 216, encarrega ao Poder Público a responsabilidade da viabilização e proteção do patrimônio cultural brasileiro, com a colaboração da comunidade.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (BRASIL, 1938.)

Segundo dados do IPHAN (2014), qualquer cidadão possui o direito e responsabilidade, sendo ele pessoa física ou jurídica, de solicitar o tombamento de qualquer bem que julgar importante, para isso, é preciso encaminhar à Superintendência do Iphan do Estado, encaminhar ao IPHAN ou Ministério da Cultura.

De acordo com o Ministério da Cultura (2008), para de fato ocorrer o tombamento de um bem, ele passa por uma avaliação de sua importância no âmbito nacional, e após isso é inscrito em um ou mais Livros do Tombo. Ao ser instituído como bem tombado, será fiscalizado pelo instituto, que verifica suas condições de conservação, e qualquer intervenção só pode ser feita por após a autorização prévia.

3.3. Preservação do entorno de áreas tombadas

A área da proposta de intervenção compreende um trecho da Orla de Pau Amarelo e entorno imediato do Forte de Pau Amarelo, nas margens da praia. Por esse fator é fundamental entender a importância do entorno do bem tombado para a valorização e proteção do mesmo.

O artigo 18 do Decreto-lei nº 25/1937 aborda diretrizes a serem tomadas no entorno de Bens Tombados. O tema é abordado também por Marshesan, que possui conceitos acerca do assunto.

O entorno é sinônimo de área envoltória que circunda o bem tombado, conformando uma paisagem que pode ser composta de vazios, cheios, bens imóveis, móveis, naturais e artificiais. A constituição da área de entorno pode ser extremamente ampla, contando com todos os elementos que integram aquele espaço previamente delimitado como tal e que, por sua natureza,

pode ser tanto urbano como rural (RUIZ, 1997, p. 237, apud MARCHESAN, 2001, p 2)

Segundo Marchesan (2001), podem permanecer no entorno de bens tombados imóveis que já estão próximos a ele, elementos do espaço urbano, como mobiliário urbano, pavimentação, elementos naturais como a vegetação e topografia do terreno.

[...] não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto. (BRASIL, 1937 apud MARCHESAN, 2001, p.23).

De acordo com Marchesan (2001), diretrizes para a proteção do entorno também estão presentes na lei n 6.513/1977. Onde delimita zonas no entorno de bens, zonas que são divididas em dois grupos. “a) entorno de proteção: ‘espaço físico necessário ao acesso do público ao Local de Interesse Turístico e à sua conservação, manutenção e valorização’ (BRASIL, 1977) e b) entorno de ambientação: ‘o espaço físico necessário à harmonização do Local de Interesse Turístico com a paisagem em que se situa.’(BRASIL, 1977). O desrespeito a essas restrições poderá implicar a imposição de sanções previamente definidas no artigo 24, inciso V, do mesmo diploma legal.” (MARCHESAN, 2001, apud BRASIL 1977).

As áreas de entorno – também designadas como circundantes ou envoltórias – encarnam espaços geográficos que, mesmo não sendo eles próprios portadores de valor cultural, exercem uma influência direta na conservação e desfrute dos bens culturais patrimonializados através do vínculo do tombamento. (MARCHESAN, 2001, p 25)

Inúmeras pautas para preservação dos arredores de um bem tombado também são sugeridas por Macarrón (2008), ele propõe o controle de novas construções no entorno.

a) respeito à altura entre o edifício principal e os do entorno; b) valorização nos novos edifícios dos cheios e dos vazios, das luzes e das sombras em harmonia com as linhas dominantes; c) atendimento à largura e comprimento das vias de acesso, em função da sensação de grandeza ou intimidade que se pretenda obter; d) utilização de materiais em consonância com o edifício principal e seu entorno, inclusive no tocante à escolha das cores; e) valorização da vegetação como meio de recordar extintos volumes arquitetônicos ou como forma de qualificação e embelezamento de espaços vazios (HORTA apud MACARRÓN, 2008, p.146)

Para Macarron (2008), transformações mal planejadas no entorno de bens tombados, podem ofuscar a identidade do próprio bem protegido. Seguindo este pensamento, Choay também faz afirmações sobre entorno de bem tombado, segundo ele “o entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial” (CHOAY, 2001, p. 201), dessa maneira é possível entender que na grande maioria dos casos, o fato de isolar um monumento pode ter o mesmo efeito de estrá vandalizando o bem.

O IPHAN (2014) estabelece alguns critérios a serem seguidos em entorno de bens:

- a) os critérios de intervenção em imóveis situados na área de entorno não podem ser fundamentados na importância cultural dos mesmos;
- b) se a importância do bem estiver diretamente relacionada com valores histórico, artístico, paisagístico e cultural, este deverá ser objeto de tombamento individual ou em conjunto, incidindo sobre ele normas mais vigorosas visando à sua preservação;
- c) se o bem em si não possuir significativo valor cultural, se encontrando inserido na área de entorno, não poderá ser estabelecida norma visando a sua conservação em si, devendo todos os critérios a serem fixados observar o valor cultural presente no bem tombado;
- d) as restrições ao imóvel situado na área de entorno só se justifica em função do bem tombado, este sim, digno de preservação;
- e) são legítimas apenas as restrições impostas aos imóveis situados na área de entorno fixadas com a finalidade de se conferir visibilidade ao bem tombado, visibilidade esta que deve ser aferida em seu sentido amplo de ambiência, garantindo a harmonia do bem tombado com os imóveis vizinhos;
- f) as restrições concernentes a cor, volume, altura e outros elementos arquitetônicos estabelecidas para os imóveis situados na área de entorno devem ser fixadas apenas o suficiente para permitir a visibilidade/ambiência do bem tombado.

Atualmente em Pernambuco, há órgãos que atuam na área de preservação de bens históricos em três esferas, a federal, estadual e municipal. No âmbito Federal, o responsável por esta preservação é o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), no âmbito Estadual a FUNDARPE (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco), e no Municipal, em Recife há a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Recife, e em Olinda a Diretoria de Preservação da Secretaria de Patrimônio e Cultura de Olinda.

Em Pernambuco, existe a cartilha Ritos de Intervenções em Bens Culturais Afetados por Proteção Legal desenvolvida pelo Tribunal de Contas de Pernambuco, tem a finalidade de orientar gestores públicos sobre os cuidados adequados a serem tomados durante todo processo de intervenção em bens culturais tombados. A cartilha

promove um roteiro com todas as orientações técnicas necessárias para que o processo de intervenção seja feito da maneira correta.

Segundo consulta a funcionários do IPHAN-Recife, não há ainda uma lei que determine diretrizes específicas a serem seguidas em intervenções no entorno de bens tombados ou fortes, normas para este tipo de intervenção está sendo estudada para a validação de uma Lei sobre o assunto.

Atualmente, segundo Marcia Hazin, funcionária do departamento de arquitetura (patrimônio material), para análise de um projeto a ser feito no entorno de bens tombados, se tem como base o decreto de Lei nº 25 de 1937. Nesta Lei se explica que o bem não pode ser mutilado e nenhum elemento pode impedir sua visibilidade. Ainda segundo Márcia, para se validar um projeto deste tipo, deve ser analisado cada caso individualmente, para assim saber se pode ser validado ou se há alterações a serem feitas. Para se dar entrada em projetos como esse, deve-se trabalhar em conjunto com a prefeitura do município, o projeto pode ser levado direto à prefeitura de Paulista, para de lá se encaminhado ao IPHAN, ou pode ser levado diretamente ao IPHAN.

3.4. Relevância histórica do Forte de Pau Amarelo

A história do Forte de Pau Amarelo inicia no século XV, de acordo com Albuquerque, Lucena, Walmsley, (1999) uma bateria foi construída entre os anos de 1620 e 1626, durante o mandato do Governador Matias de Albuquerque. Nesta época, o local necessitava de maior proteção, por sua facilidade de desembarque, com a finalidade de proteger a área de invasores, o forte foi construído.

Apenas no ano de 1703 foi autorizada a construção do forte, o projeto foi feito pelo Português Francisco Pimentel, de acordo com Albuquerque, Lucena, Walmsley, (1999). No ano de 1729 as obras são retomadas, porém o forte passa por uma sequência de paralização nas obras e só é concluído em 1866, e passa a ter a forma que tem hoje, protegido por uma muralha e duas guaritas.

Figura 55 - Vista superior do forte de Pau Amarelo vista superior.



Fonte: ALBUQUERQUE; LUCENA; WALMSLEY, 1999, p.61.

Figura 56 - Forte de Pau Amarelo.



Fonte: ALBUQUERQUE; LUCENA; WALMSLEY, 1999, p.61.

Figura 57 - Vista lateral do Forte de Pau Amarelo.



Fonte: ALBUQUERQUE, LUCENA, WALMSLEY, 199, p. 61.

O Forte de Pau Amarelo (Figuras 58-59), conhecido historicamente também como Forte de Nossa Senhora dos Prazeres, está protegido pelo tombamento Federal de acordo com Albuquerque, Lucena, Walmsley, (1999). Ele é considerado um bem histórico material, por ser uma construção que faz parte da história do município de Paulista, do estado de Pernambuco e do Brasil. De acordo com dados da prefeitura (2014), o imóvel é de propriedade do Município de Paulista, e encontra-se tombado desde 24 de Maio de 1938. Está protegido pela lei “101-T-38. Livro Histórico Vol.1, Folha09 Inscrição 4524/05/1938 e Livro de Belas Artes Vol. 1 Folha15 Inscrição 8424/05/1938.” (Albuquerque, Lucena, Walmsley, 1999, p. 62).

Figura 58 - Lista dos Bens Tombados em Pernambuco.

LOCALIZAÇÃO DO BEM			INFORMAÇÕES SOBRE O BEM		DADOS PROCESSO "T"			DADOS DO TOMBAMENTO		
UF	MUNICÍPIO	Classificação (relacionada à forma de proteção)	Nome atribuído	Número Processo "T"	Ano de abertura	Estágio de instrução (Portaria 1100)	Arqueológico, etnográfico e paisagístico	Histórico	Declarado	Ativas Aplicadas
PE	Recife	Edificação e Acervo	Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Santa Teresinha	148	1938	TOMBADO		06/38	06/38	
PE	Paulista	Edificação	Forte de Pau Amarelo	175	1938	TOMBADO		16/38	16/38	
PE	Olinda	Edificação e Acervo	Grêmio de Nossa Senhora do Socorro	176	1938	TOMBADO		17/38	17/38	
PE	Goiana	Edificação e Acervo	Convento e Igreja de Santo Alberto de Sicília e cruzeiro	173	1938	TOMBADO		04/38	04/38	
PE	Olinda	Edificação	Casa com mural e Praça João Alfredo (antigo prédio de São Pedro) 1	191	1938	TOMBADO		20/38	20/38	

Fonte: IPHAN, [S.D.]

Por seu valor histórico, o forte e seu entorno estão enquadrados na Zona de Interesse Histórico e Cultural (ZEICH) (Figura 59). Paulista possui treze zonas protegidas, e em dados do Plano Diretor (2012), o Forte está inserido na ZEICH 3. "III. ZEICH 3 - área definida como de proteção em função do Forte de Pau Amarelo, tombado pela União" (PLANO DIRETOR, 2012, p 47).

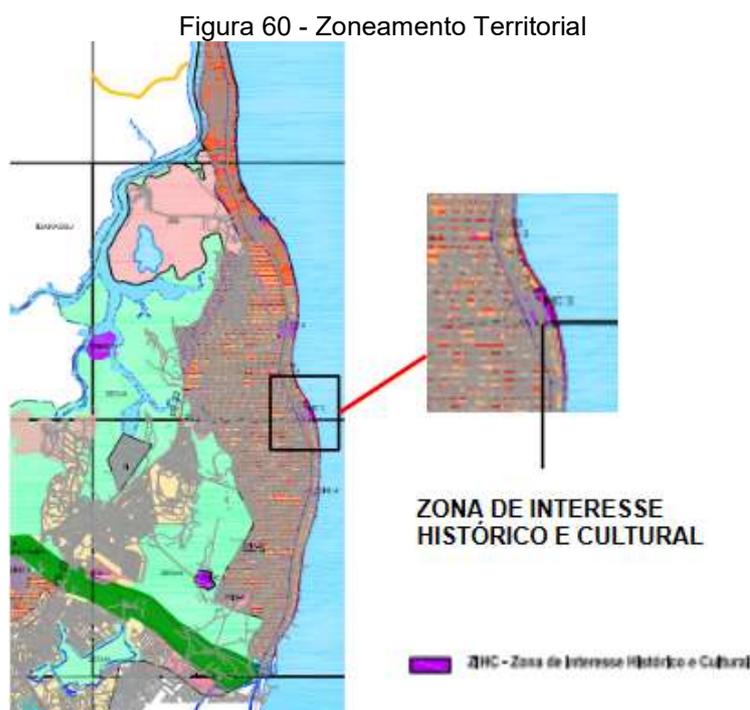
Figura 59 - Quadro de Parâmetros Urbanísticos de Paulista.

Zona	Afastamentos iniciais (m)			μ mín	μ básico	μ máx	Taxa de Solo Natural (%)	Obs.
	frontal	lateral e fundos						
		≤ 2 pavtos	> 2 pavtos					
Macrozona Urbana								
Zona de Alta Densidade (ZAD)								
ZAD Setor 1	5,0	1,5	3,0	0,25	3,0	4,0	35	A / B / I / J
ZAD Setor 2	5,0	1,5	3,0	0,25	2,0	3,0	30	A / B / C / I / J
ZAD Setor 3	5,0	1,5	3,0	0,25	3,0	-	35	A / I / J
Zona de Média Densidade 1 (ZMD-1)	5,0	1,5	3,0	0,1	1,0	-	40	A / D / I / K
Zona de Média Densidade 2 (ZMD-2)	5,0	1,5	3,0	-	2,0	-	20	I / L
Zona de Comércio e Serviços (ZCS)	5,0	1,5	3,0	-	3,0	-	40	F / I / J
Setor de Centro Principal	-	-	-	-	-	-	-	G / H
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	-	-	-	-	-	-	-	H
Zona Especial de Interesse Histórico e Cultural (ZEIHC)	-	-	-	-	-	-	-	A** / H

Fonte: PAULISTA, 2012.

O artigo 23 do Plano Diretor de Paulista (2012) explica sobre o que é a Zona Especial de Interesse Histórico e Cultural (ZEICH)

Art. 123 As Zonas Especiais de Interesse Histórico e Cultural –ZEIHC são áreas compostas por sítios, ruínas e conjuntos urbanos antigos representativos da memória e da cultura local. Deverão ser tratadas individualmente em conformidade com seus aspectos formais e urbanísticos, históricos e sócio econômicos, devendo seus parâmetros e índices urbanísticos serem definidos pela CEAUS – Comissão Especial de Análise do Uso do Solo. (PAULISTA, 2012, p.41).



Fonte: PAULISTA (2012)

No Plano ainda é indicado que a área ZEICH 3, obedeça a parâmetros mais específicos citados no Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSHRMR) “Art. 125 Nas ZEICH’s 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8 e 12, deverão ser consideradas as recomendações e os parâmetros estabelecidos no Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife – PPSHRMR” (PLANO DIRETOR DE PAULISTA, 2012, p.42).

Há também o Plano de Preservação de Sítio Históricos (PPSH), que tem por objetivo:

- a) preservar o patrimônio cultural da cidade para a sua população e para a coletividade;
- b) propiciar o estabelecimento de diretrizes e regulamentos para orientação, planejamento e fomento das ações de preservação de sítios históricos urbanos;
- c) promover uma atuação pública concertada;
- d) integrar ações propostas com vistas a alcançar um processo de preservação urbana;
- e) focalizar e territorializar políticas setoriais nos sítios históricos urbanos;
- f) promover o compartilhamento de responsabilidades entre os diversos

agentes públicos envolvidos e a sua aplicação comum (PLANO DE PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS HISTÓRICOS, 2004, P.2)

O Plano de Preservação de Sítios Histórico (2004) desenvolvido pelo IPHAN estabelece também três classificações da área protegida:

§ 3º. A partir da Área Urbana de Interesse Patrimonial deverão, para fins instrumentais, ser caracterizadas três áreas básicas contíguas: a) área protegida: a área tombada em nível federal e demais áreas tombadas em outros níveis, caso ocorram e que não correspondam à área federal; b) área de entorno: área contígua à área protegida, onde o modo de urbanização e a escala das construções possam interferir na ambiência, visibilidade e integração na paisagem; c) área de influência: área onde o uso do solo está diretamente articulado ao uso do solo da área protegida. (PLANO DE PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS HISTÓRICOS, 2004, P.2).

Atualmente possui livre acesso, porém sua área interna não está aberta à visitação, pois o forte está sem uso determinado e sem cuidados, por isso, acaba sendo ponto de fumo segundo moradores.

A última restauração realizada pelo IPHAN foi na década de 1970, com recursos da União, através do Ministério da Educação, segundo a prefeitura de Paulista (2014). Atualmente, segundo dados da prefeitura, está tramitando um processo de licitação para a restauração do Forte, assim como a instalação de cerca em seu entorno para delimitação da área. Além dessa proposta há a intenção de reabrir o local para o livre acesso da população. Desde o Plano Diretor (2012), eixo de turismo está citado como diretriz : “a) Revitalizar o Forte de Pau Amarelo e requalificar o seu entorno, e o conjunto arquitetônico-religioso da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, na praia de Conceição”, “b) Viabilizar a implantação de centros culturais e do Museu da Cidade do Paulista, utilizando preferencialmente sítios históricos atualmente ociosos, como o Forte de Pau Amarelo” (PLANO DIRETOR DE PAULISTA, 2102, p 10).

O projeto e diretrizes de restauro já foram concluídos, porém está em processo de licitação e aprovação, para que de fato seja iniciado. Quanto ao seu entorno, existe um projeto da Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município desde 2012, que tem como objetivo requalificar este espaço. O projeto não foi disponibilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Paulista, porém neste projeto, casa e bares nas laterais do forte seriam retirados, e seus moradores indenizados, para quiosques serem construídos no local. Porém não foi dado andamento, e o projeto ainda não foi iniciado.

4. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

Nas cidades as intervenções em frentes ribeirinhas despertam desejos de realização de práticas de lazer e obtenção de moradias por favorecerem a qualidade paisagística e ambiental, pois há uma tendência a associá-las ao alto poder aquisitivo social.

O uso das orlas marítimas como um ambiente de lazer e convívio é uma prática muito comum em regiões litorâneas no geral. Há uma vasta quantidade de orlas com potencial para serem estudadas no Brasil e no mundo. Dentre elas quatro foram escolhidas para servirem como estudo de caso, para assim obter uma visão abrangente de diferentes orlas e cada qual com suas peculiaridades. Através desses estudos obter inspirações para propor diretrizes para a intervenção na área escolhida, a orla de Pau Amarelo.

4.1. Orla de Santos- São Paulo

4.1.1. LOCALIZAÇÃO

A orla marítima está localizada no estado de São Paulo e se encontra a cerca de 200Km de São Paulo Capital (Figura 61). Ela se estende por sete bairros da cidade, são eles: Aparecida, Boqueirão, Embaré, Gonzaga, José Menino, Pompéia e Ponta da Praia (Figura 62).

Figura 63 - Vista panorâmica da Orla de Santos SP.



Fonte: TOPSANTOS, 2018.

4.1.2. HISTÓRICO

A ideia de urbanizar a orla de Santos se iniciou em 1914 pelo engenheiro Saturnino de Brito e foi coordenada por Vicente de Carvalho junto ao prefeito da época, Joaquim Montenegro. O projeto começou a se concretizar em 1920, nas áreas próximas aos hotéis tradicionais da cidade na época. Entre 1930 e 1935 novos trechos com traçado retilíneo em estilo clássico foram construídos, com desenho diferente do idealizado inicialmente por Saturnino de Brito e as obras citadas foram concluídas por volta de 1939.

Nos anos 1950, houve a duplicação das avenidas que margeiam a praia, nesta modificação, foram perdidos cerca de 15km² de jardim. Por fim no ano de 1960 a orla recebeu o traçado curvilíneo projetado pelo engenheiro Armando Martins e com isso obteve características mais modernas e se tornou o espaço de lazer frequentado pelos santistas e turistas (Figuras 64 e 65).

Figura 64 - Orla de Santos por volta de 1940.



Fonte: NOVO MILÊNIO, 2017.

Figura 65 - Orla de Santos antes das obras iniciais de Saturnino.



Fonte: NOVO MILÊNIO, 2017.

4.1.3. ELEMENTOS PAISAGÍSTICOS

Com cerca de 5.335m de comprimento e de 50m de largura, a orla conta com bancos de madeira dispostos por toda extensão destinados à quem deseja aproveitar a vista, além dos grandes jardins por toda sua extensão. Do ponto de vista paisagístico conta com mais de 800 canteiros com diversas espécies de flores e plantas, como perene, lírios amarelos e brancos, biris vermelhos e crisântemos brancos, amarelos e mesclados, segundo Mariane Rossi (2013). Possui ainda palmeiras e amendoeiras, possui também uma grande diversidade de recursos biológicos e apresenta uma extensa diversidade de flores (Figuras 66 e 67).

Figura 66 - Jardins da Orla de Santos.



Fonte: TOPSANTOS, 2018.

Figura 67 - Jardins da Orla de Santos.



Fonte: TOPSANTOS, 2018.

Possui também grande diversidade de árvores, de grande e médio porte gerando sombreamento para quem transita pelo local (Figura 68).

Figura 30 - Árvores presentes na Orla de Santos



Fonte: HOTEL CHÁCARA DO MOSTEIRO, c2011.

A iluminação do local é feita através de postes de alumínio (Figura 71), possui banco de madeira e concreto dispostos por toda orla e possui esculturas e chafarizes em pontos específicos. O tratamento de piso é diversificado, em algumas áreas possui piso simples em outras um piso mais trabalhado, com desenhos e formas diversas.

Possui ao longo de seu percurso diversos elementos como estátuas, chafariz e obras de arte. Ha também um elemento histórico preservado, o exemplar do bonde utilizado no séc. XIX (Figuras 69 e 70).

Figura 69- Espelho d'água e chafariz



Fonte: PECHINI, 2017.

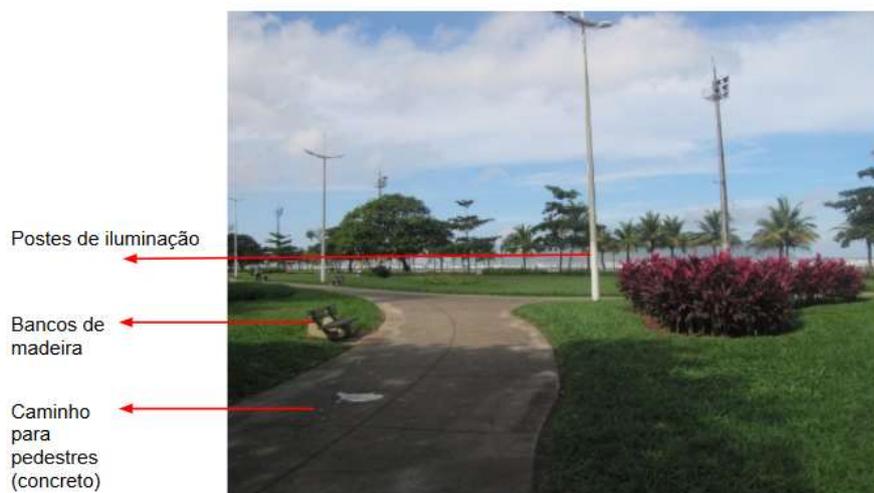
Figura 70- Bonde Histórico preservado.



Fonte: PECHINI, 2017.

Nas imagens a seguir estão especificados alguns elementos paisagísticos relevantes observados na composição da Orla de Santos.

Figura 71 - Elementos paisagísticos da orla.



Fonte: HOTEL CHÁCARA DO MOSTEIRO, c2011.

Figura 72 - Alguns elementos da infraestrutura da orla



Fonte: HOTEL CHÁCARA DO MOSTEIRO, c2011.

Figura 73 - Elementos relevantes na orla.



Fonte: HOTEL CHÁCARA DO MOSTEIRO, c2011.

A Orla de Santos é considerada um dos principais cartões postais da cidade de Santos. É conhecida por moradores e turistas como um local adequado para praticar exercícios físicos, convívio social e lazer, por possuir quadras para a prática de esportes, academias ao ar livre, pistas de skate e ciclofaixa, que possui 4.703 m de extensão. O local é conhecido também por possibilitar um grande contato com a natureza, através de seus extensos jardins. Todos os equipamentos citados se distribuem por seus 5.535m de orla, segundo dados da prefeitura de Santos (2016).

A orla de Santos trouxe conceitos importantes, o principal ponto para ser um dos estudos de caso é sua preocupação com o paisagismo, sendo conhecida internacionalmente por seus jardins extensos e bem trabalhados. Além de seus

grandes jardins, também foram tidos como referência os mobiliários presentes, e a diversidade de usos da orla com a presença de mirantes, chafariz e áreas de convívio.

4.2. Orla parque do Forte - Macapá

4.2.1. LOCALIZAÇÃO

A orla do Parque do Forte está localizada no Macapá, no estado do Amapá, (Figura 74), às margens do rio Amazonas e está a cerca de 30km do centro de Macapá. O local passou uma requalificação no ano de 2006, projeto que foi desenvolvido pela arquiteta paisagista Rosa Klias. O projeto transformou uma área degradada e subutilizada em torno do principal cartão postal do Amapá, a Fortaleza de São José de Macapá.

Figura 74 - Localização do Forte de Macapá



Fonte: RESEARCHGATE, 2017.

O principal ponto para a escolha deste projeto como um dos estudos de caso, é a presença do Forte de São José de Macapá. A presença deste forte se assemelha ao caso da área no entorno do Forte Nossa Senhora dos Prazeres e seu projeto será relevante para as propostas a serem feitas.

4.2.2. HISTÓRICO

Inicialmente na área onde hoje existe o Parque do Forte foi construída uma fortaleza para a delimitação e proteção da região, que posteriormente foi substituída pelo forte, existente até os dias atuais.

E especialmente sobre a fortaleza que, em 8 de Março de 1749,^[1] se me propôs ser precisa na costa de Macapá, examinando logo qual ela deva ser, de que força e os meios mais fáceis, e prontamente se podem aplicar a esta obra; e vos advirto que tanto esta fortaleza como as demais, que se fizerem para a defesa e segurança deste Estado, se hão de fazer de forma e modo que não pareça receio de nossos confinantes, havendo ao mesmo tempo a cautela precisa, para que eles não nos surpreendam, para que pelos meios de facto não renovem as preterições antigas, e não queiram impossibilitar-nos, para lhes disputarmos em todo o tempo por força. (ADONIAS, 1961, p.12)

Segundo Oliveira (1968), em 1753 dois regimentos vieram de Lisboa com destino à Belém do Pará, um deles com a finalidade de fornecer proteção a praça de Belém e outro para proteger a fortaleza de Macapá assim que fosse construída.

De acordo com Barreto (1958), por volta do ano de 1761, o governador do Estado do Pará e Maranhão, transferiram a missão ao Capitão e Engenheiro Gaspar João Geraldo para desenhar a planta do forte a ser construído em São José do Macapá. Após a planta ser aprovada, iniciaram-se as obras para a construção do Forte, porém, este forte foi substituído definitivamente pela Fortaleza de São José do Macapá no ano de 1764.

Por volta dos anos 2000, a área passou a ser ocupada de maneira indevida por um clube recreativo para militares e por um estacionamento asfaltado ocupando grande parte da área (Figura 75).

Figura 75 - Forte antes da requalificação.



Fonte: VIEGAS, 2012.

Em 20 de Junho de 2006 a região passou por uma grande requalificação e se tornou um parque urbano. A requalificação e reforma transformaram a área degradada em torno do forte.

Segundo a prefeitura de Macapá (2016) desde sua inauguração a população tomou o parque como um dos principais pontos turísticos e de lazer, durante os finais de semana o local é muito frequentado.

4.2.3. ELEMENTOS PAISAGÍSTICOS

Por este projeto ser semelhante à área de estudo, é importante observar o conceito do projeto que feito pela arquiteta Rosa Kliass, segundo ela o projeto teve como base as normas ditadas pelo Iphan, que não permitia a implantação de árvores e elementos que pudessem de alguma maneira tirar a vista do Forte, que é um elemento histórico. Por isso o projeto se baseou em um desenho de piso e vegetação rasteira bem elaborados, em harmonia com o local e o forte.

A paisagista fala ainda que pôde fazer uma área de recreação infantil na região mais baixa do terreno, pois alí não impediria a vista do forte. Com cuidado fez a área de recreação baseado no tema água, com uso de chafariz e espelhos d'água inseridos de maneira lúdica (Figura 76).

Figura 76 - Forte de Macapá após a finalização de sua restauração em 2014.



Fonte: VIAGEM TURISMO, 2017.

O parque conta com uma vasta área verde destinada a contemplação e convívio. Elementos como jardins, fontes de água e pier estão presentes no projeto, e segundo a arquiteta Rosa Kliass foi destinado um espaço significativo para a implantação de um local de recreação infantil.

Houve grande preocupação por parte da arquiteta com os elementos que compõem o paisagismo, fontes e espelhos de água (Figura 77) foram inseridos em meio aos amplos jardins com diversos tipos de plantas e composições. Há também a presença de um mirante de madeira (Figura 78), para contemplação do rio Amazonas. Sua iluminação é feita através de postes de concreto, de ferro e refletores que iluminam o forte.

Figura 77 - Espelhos d'água.



Fonte: ABREU, 2017.

Figura 78 - Pier para contemplação.



Fonte: ABREU, 2017.

Há uma extensa área verde usada pela população como local de recreação ou descanso. Árvores em sua maioria de grande porte, estão dispostas por todo parque fazem o sombreamento e os diversos canteiros com plantas e flores fazem a ornamentação do local, como mostram as figuras abaixo (Figura 79 e 80).

Figura 79 - Áreas verdes no entorno do forte.



Fonte: ABREU, 2017.

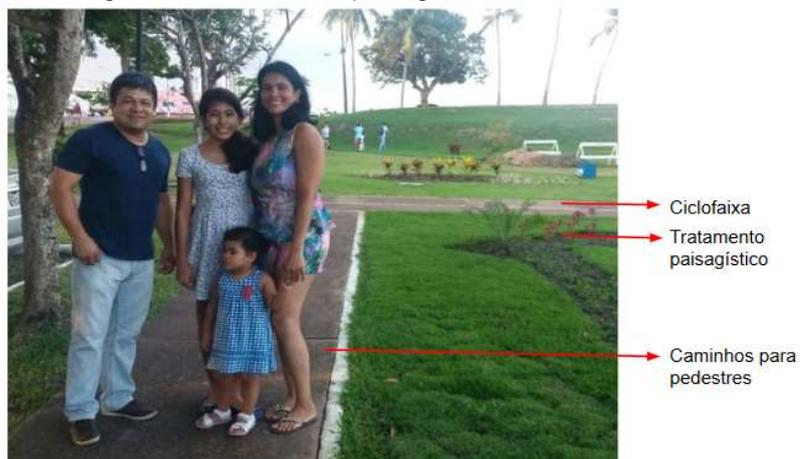
Figura 80 - Jardins no entorno do forte.



Fonte: ABREU, 2017.

Nas figuras abaixo estão especificados alguns elementos paisagísticos dispostos pelo parque.

Figura 81 - Elementos paisagísticos existentes na orla.



Fonte: VIAGEM TURISMO, c2018. (Editado pela autora, 2018)

Figura 82 - Elementos paisagísticos existentes na orla.



Fonte: KLIASS, 2007. (Editado pela autora, 2018)

Figura 83 - Parque do Forte, pérgula e banco.



Fonte: KLIASS, 2007. (Editado pela autora, 2018)

A relevância da análise do parque de Macapá se dá por ser semelhante à área de intervenção estudada. Pela existência do forte, a Fortaleza de São José de Macapá, é de suma importância observar o conceito do projeto feito pela arquiteta Rosa Kliass e como fez uso do espaço, conseguindo integrar diversos elementos paisagísticos, de lazer, contemplação e histórico (o forte). A integração feita entre o paisagismo e os elementos inseridos aconteceu de maneira natural aos olhos de quem frequenta o parque e seu projeto não tirou o foco do Forte, que é elemento central do espaço.

4.3. Orla de Fortaleza- Ceará

4.3.1. LOCALIZAÇÃO

A orla de Fortaleza é uma das maiores e mais conhecidas do Brasil. Sua grande extensão, seu paisagismo e sua diversidade de usos atrai turistas e habitantes do entorno. Ao todo, segundo a prefeitura de Fortaleza, possui 25 quilômetros de extensão dividido em oito praias, são elas: Barra do Ceará, Iracema, Meireles, Mururipe, Praia do Futuro e Caça e Pesca. Possui cerca de 211.515,57 m² de área construída, que inclui a presença do calçadão com três pavilhões multiusos, 40 quiosques padronizados com bares e restaurantes segundo a prefeitura do município (Figura 84).

Figura 84 - Localização de Fortaleza



Fonte: GOOGLE EARTH, 2018. (Editado pela autora, 2018)

4.3.2. HISTÓRICO

Segundo Nobre (2010) o desenvolvimento da orla teve início por volta de 1920, quando a primeira construção à beira mar foi feita. No ano de 1951 as instalações do clube atlético foram inauguradas, levando mais visibilidade à area, e anos depois foi dado início a construção da avenida beira mar na administração do prefeito Manuel Cordeiro Neto.

Em 1970 foi feito o primeiro projeto de urbanização da orla, que possuía uma extensão de 4.500 metros de comprimento. De acordo com Neto (2010) os contornos iniciais dos passeios foram feitos de maneira ondulada (Figuras 85 e 86).

Figura 85 - Orla de Fortaleza por volta de 1970.



Fonte: FORTALEZA EM FOTOS, 2012.

Figura 86- Orla de Fortaleza por volta de 1970.



Fonte: FORTALEZA EM FOTOS, 2012

4.3.3. ELEMENTOS PAISAGÍSTICOS

A orla de fortaleza passou por algumas reformas nestes últimos anos e sua reforma mais recente foi feita em 2014. Nesta requalificação seus jardins foram modificados e mais equipamentos de lazer foram inseridos

Atualmente conta com uma grande área verde tratada paisagisticamente, além de diversos elementos como quadras poliesportivas, bares, restaurantes e áreas destinadas à eventos. Possui também bancos de concreto e de madeira bem dispostos por toda sua extensão, áreas de convívio e uma grande feira de artesanato.

Sua iluminação é feita de duas maneiras, em trechos estreitos onde há apenas um estreito calçadão, faz uso de postes de concreto com duas alturas, a mais alta destinada à iluminação da Avenida Beira Mar e a mais baixa iluminando o calçadão. Nos trechos mais largos, onde há jardins, quiosque entre outros, além dos postes com duas alturas, utiliza também postes de alumínio, com altura menor.

Ainda há a presença de pequenas praças (Figuras 87 e 88) que contam com academias ao ar livre, área de convívio com bancos de madeira, árvores e pequenas barracas para o sombreamento.

Figura 87 - Academia ao ar livre e praça de descanso.



Fonte: BEIRAMAR FORTALEZA, c2018.

Figura 88 - Praça de descanso.



Fonte: BEIRAMAR FORTALEZA, c2018.

Áreas com pistas de skate, destinadas principalmente para o público jovem e academias ao ar livre com diversos equipamentos que atendem bem a população (Figuras 89 e 90), nas imagens abaixo também é possível observar a diferença de piso para delimitar áreas de diferentes usos.

Figura 89 - Pista de skate.



Fonte: FORTALEZA, 2018.

Figura 90 - Academia ao ar livre.



Fonte: FORTALEZA, 2018.

Para melhor exemplificar alguns dos elementos paisagísticos citados anteriormente, as imagens a seguir pontuam alguns deles (Figura 91):

Figura 91 - Elementos Paisagísticos encontrados na orla.



Fonte: BEIRAMAR FORTALEZA, c2018. (Editado pela autora, 2018)

A Figura 92 mostra uma das áreas destinadas a quadras de esporte, neste local foram instalados grandes postes com refletores para a iluminação adequada das quadras.

Figura 92 - Elementos Paisagísticos encontrados na orla.



Fonte: BEIRAMAR FORTALEZA, c2018. (Editado pela autora, 2018)

O estudo da orla de Fortaleza é relevante por ser uma das maiores e mais conhecidas orlas do Brasil. A grande diversidade de usos atendendo a população do entorno e turistas é um fator positivo. O seu foco nos ambientes de esporte e lazer

para a população é importante para a pesquisa, como integra estes ambientes ao paisagismo e a espaços de contemplação e alimentação é uma característica para se ter como base.

4.4. ANÁLISE COMPARATIVA

Na análise comparativa a seguir, será observada a composição das áreas encontradas, elementos e características mais relevantes, as informações obtidas estão sintetizadas no quadro abaixo (Tabela 1). O quadro foi elaborado para mostrar uma visão geral dos aspectos encontrados em cada estudo e mostrar a relevância de cada ponto nas três orlas estudadas, para assim obter também uma visão geral comparativa entre todos os referenciais analisados.

Tabela 1 - Análise comparativa das Orlas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ORLA DE SANTOS	ORLA DO PARQUE DO FORTE	ORLA DE FORTALEZA
CARACTERÍSTICAS	Possui setores de esporte, lazer e contemplação bem distribuídos e que atendem à demanda de usuários.	Possui áreas de contemplação e lazer (para crianças), não possui espaço para prática de esportes.	Possui áreas de esporte, lazer, contemplação e lojas voltadas para produtos da região. Estão bem distribuídos e atendem à demanda de usuários.
ENTORNO	Residências e hotéis	Comércio, turismo, hotéis e residências	Hotéis, residências e serviços.
ELEMENTOS	Concha Acústica, quadras de esporte, academia ao ar livre, restaurantes, estátuas, chafariz e espelhos de água.	Espelhos d'água, chafariz, mirante.	Estátuas, concha acústica, obras de arte, restaurantes, bares e academias ao ar livre.
TRATAMENTO PAISAGÍSTICO	Presença de jardins com diversas espécies de plantas. Grande quantidade de árvores e coqueiros por toda orla.	Presença de grandes áreas verdes e árvores por todo parque.	Presença de coqueiros e árvores por toda orla.
PAVIMENTAÇÃO	Em bom estado de conservação	Em bom estado de conservação	Em bom estado de conservação

ILUMINAÇÃO	Bem iluminada.	Atende regularmente às necessidades.	Atende as necessidades dos frequentadores.
MOBILIÁRIO URBANO	Em bom estado de conservação e sua quantidade e disposição atendem às necessidades dos usuários.	Em bom estado de conservação e sua quantidade e disposição atendem às necessidades dos usuários.	Em bom estado de conservação e sua quantidade e disposição atendem às necessidades dos usuários.
EQUIPAMENTOS URBANOS	Sanitários, quiosques e postos salva vidas.	Sanitários, estacionamento.	Sanitários, quiosques, estacionamento e postos salva vidas.
ACESSIBILIDADE	Atende parcialmente. Possui rampas para cadeirantes e piso tátil indicativo.	Atende parcialmente, possui rampas para acesso ao local.	Atende parcialmente. Possui rampas para cadeirantes
ELEMENTOS HISTÓRICOS	Bonde do sec XIX e Farol.	Forte de macapá.	Feirinha de artesanato

Fonte: AUTORA, 2018.

As Orlas apresentadas anteriormente, possuem características relevantes para o presente trabalho. Todas possuem um tratamento paisagístico bem trabalhado esteticamente e funcionalmente, a análise dos elementos usados é relevante para a pesquisa. A diversidade de usos é uma característica comum a todas, porém o parque de Macapá é, entre os três, o que possui menos oferta de espaços para o lazer e atividades esportivas, seu foco maior é no paisagismo, áreas de convívio e contemplação.

Todas se localizam em uma região onde há predominância de hotéis, e edifícios residenciais. A orla de Macapá se diferencia um pouco, pois está em uma área mais distante do centro, em seu entorno há também o setor de serviços e comércio.

As três possuem uma grande diversidade de elementos de composição estética de lazer e alimentação, como restaurantes, quadras, estátuas, chafariz, espelhos d'água entre outros. As orlas de Santo e Fortaleza possuem uma grande diversidade de bares, restaurantes e também áreas para a prática de esportes e exercícios físicos. Porém a orla de Macapá por ser uma área menor e ter como foco a preservação da paisagem e visão do forte, não explorou a utilização destes elementos, possui apenas espelhos d'água, chafariz e mirantes.

Todas as orlas são iluminadas adequadamente, a pavimentação se encontra em bom estado, os mobiliários disponíveis também atendem a demanda da população e se encontram em bom estado de conservação em todas elas.

Possuem equipamentos básicos como sanitários e estacionamento em quantidade que atende adequadamente os usuários, apenas o Parque do Forte não possui posto salva vidas.

Foi possível perceber que a acessibilidade é um fator que não atende plenamente as necessidades em todas elas, todas possuem rampas de acesso à calçada, porém apenas a orla de Santos vai um pouco além, tendo também piso indicativo para alertar para deficientes visuais.

Por último, a presença de elementos históricos e culturais, que é de total relevância se manter, preservar e dar ênfase à elementos presentes no local. A orla de Santos possui um bonde do sec XIX e pequeno farol, os dois se encontram em bom estado de conservação. O parque do forte, possui como seu principal elemento a Fortaleza de São José de Macapá, que também se encontra em bom estado de conservação.

Com os estudos feitos, foi possível perceber que algumas características são importantes para a composição de uma orla que atenda as necessidades dos usuários. A diversidade de usos é um fator relevante para o espaço, com presença de áreas de lazer, esporte e convívio, tendo a presença de parques de recreação infantil, quadras poliesportivas, bancos e áreas de descanso. Equipamento urbanos como sanitários, estacionamentos que trazem maior comodidade e postos salva vidas que são essenciais para a segurança dos frequentadores, devem estar bem distribuídos por toda orla.

A iluminação é um ponto de extrema importância nestes espaços para se ter uma boa visualização durante a noite e segurança.

O tratamento paisagístico é de suma importância, pois através dele é transmitido maior conforto e bem-estar a quem frequenta o local. Além de trazer os benefícios trazidos do contato com a natureza, aliviando o stress e ansiedade. Elementos como conchas acústicas, espelhos d'água, e chafarizes não são de fato essenciais, porém dão maior beleza e novos usos ao local além de complementarem o paisagismo da orla.

5. ÁREA DO OBJETO DE ESTUDO

Este capítulo abordará questões relacionadas a características do local estudado. Dados relevantes para uma análise do local e das dinâmicas que envolvem a região onde está inserida, para assim obter o entendimento das questões e necessidades do local e da população que o utiliza.

A área do objeto de estudo se encontra no litoral norte de Pernambuco. Esta região possui uma dinâmica diferente da encontrada no Litoral Sul do estado (Figuras 93 e 94), que é a principal área turística do Litoral de Pernambuco. Segundo Macedo (2012), há um maior interesse em manter conservadas orlas localizadas em regiões turísticas ou próximas a elas. As orlas que se encontram distantes dessas regiões são deixadas de lado

Figura 93 – Orla de Boa Viagem- Recife.



Fonte: JCONLINE, 2018.

Figura 94 – Orla de Jaboatão dos Guararapes..



Fonte: JCONLINE, 2018.

Nas proximidades da área se localizam as praias do Janga (Figura 95) e Maria Farinha (Figura 96). A orla do Janga passou por reformas no ano de 2014 segundo a prefeitura de Paulista (2014) e passou a ter um calçadão, ainda simples quando comparado com os encontrados no litoral sul. Seu calçadão é composto por paginação de piso e algumas áreas com bancos e poucos equipamentos para exercícios físicos. Já a orla de Maria Farinha, nos trechos da sua orla possui pouca infraestrutura.

Figura 95 – Orla do Janga.



Fonte: MELHORESDOJANGA, 2014.

Figura 96 – Orla de Maria Farinha..



Fonte: JCONLINE, 2018.

5.1. Município de Paulista-PE

A área de estudo compreende a faixa de praia localizada em Pau Amarelo, Paulista- PE, mais especificamente nas imediações do forte Nossa Senhora dos Prazeres.

O município de Paulista está localizado dentro da Região Metropolitana do Recife (RMR) (Figura 98), segundo a FIDEM a uma distância de 17 km da Cidade de Recife (Figura 99) e limita-se ao norte com o município de Abreu e Lima, ao sul com o município de Olinda, ao leste o oceano atlântico e ao oeste com o município de Camaragibe. Ocupa uma área de 93,59 km², com população estimada de 300,466 habitantes IBGE (2010).

Figura 97 - Localização de Paulista.



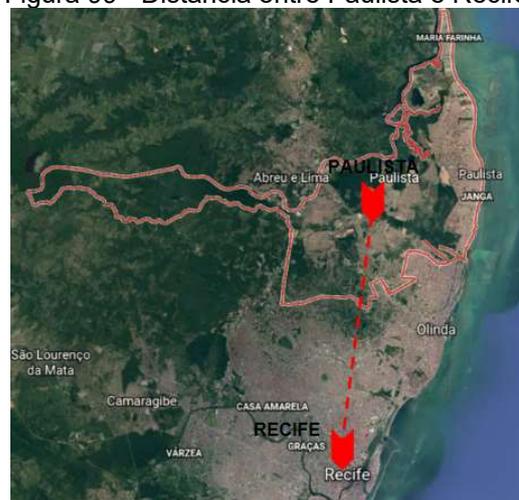
Fonte: PAULISTA, 2012. (Editado pela autora, 2018).

Figura 98 - Localização de Paulista na RMR.



Fonte: PAULISTA, 2012.

Figura 99 - Distância entre Paulista e Recife.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2018. (Editado pela autora, 2018)

Sua faixa de praia possui 14 Km de extensão dividida em seis praias: enseadinha, Janga, Praia do Ó, Pau Amarelo, praia de Conceição e Maria Farinha Paulista possui também o relevo constituído por tabuleiros, com altitudes que variam entre 40 a 50 metros e ocupa uma área de 93,52 km² com população estimada de

316.719 habitantes segundo o IBGE (2010). Algumas características como população e IDH vem crescendo ao longo dos últimos anos.

Para entender melhor o município é preciso saber também sobre sua história, e segundo dados da Prefeitura de Paulista (2014), a história de Paulista começa no ano de 1535, quando o município ainda fazia parte da estrutura de Olinda. O donatário Duarte Coelho doou ao seu cunhado, Jerônimo de Albuquerque, as terras de Paratibe, em reconhecimento aos serviços prestados por ele à Colônia.

Jerônimo de Albuquerque, após um tempo, cedeu as terras de Paratibe a Gonçalo Mendes Leitão, no momento de contrair matrimônio com sua filha. Posteriormente com a morte de Mendes Leitão, seus herdeiros venderam as propriedades, dividindo-se a partir deste momento em Paratibe de Cima e Paratibe de Baixo. Já em 1856 a freguesia de Maranguape foi adquirida por João Fernandes Vieira e ao final deste século, no ano de 1689, as duas freguesias, Paratibe e Maranguape, foram vendidas ao bandeirante paulista, Manoel Alvares de Moraes Navarro, conhecido como "Paulista", dando origem ao atual nome da cidade. (PAULISTA, 2014)

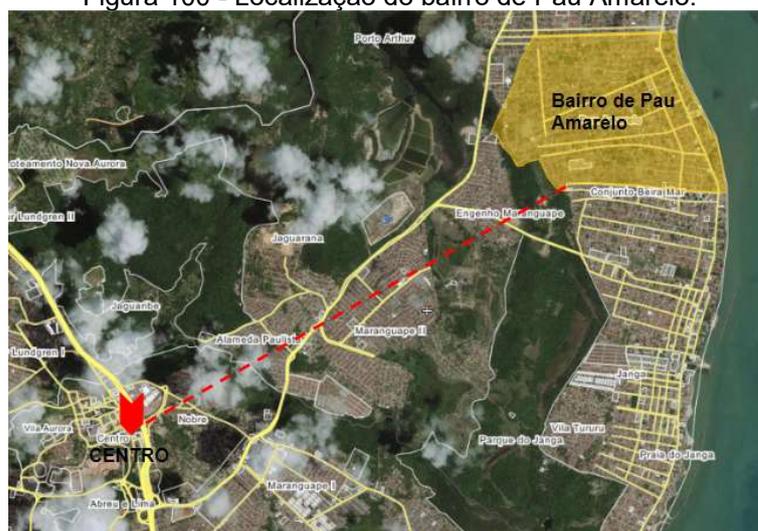
Os séculos posteriores caracterizaram-se pelo crescimento tanto político como econômico para a cidade.

Paulista atualmente segundo dados da prefeitura (2014), é formado pelos distritos de Paratibe, Arthur Lundgren I, Arthur Lundgren II, Jardim Paulista Baixo, Jardim Paulista Alto, conceição, Janga, Pau Amarelo, Nobre, Maranguape I, Maranguape II, Jardim Maranguape, Alameda Paulista, Maria Farinha, Engenho Maranguape e Mirueira.

5.2. Bairro e praia de Pau Amarelo

O bairro de Pau Amarelo está localizado entre as praias do Janga e Nossa Senhora do Ó, é um dos vinte e três bairros do município de Pau Amarelo, com uma população total de 13.450 habitantes segundo o IBGE (2010). Seu acesso pode ser feito pelas PE-01, PE-15 e PE-22.

Figura 100 - Localização do bairro de Pau Amarelo.



Fonte: WIKIMAPEA, 2018. (Editado pela autora, 2018)

É um bairro considerado importante no setor de turismo, seus atrativos são os recursos naturais como suas praias e também seus diversos bares, restaurantes e pousadas.

Atualmente o bairro não possui grandes atrativos de lazer e convívio para a população, sendo a praia seu principal atrativo. A região possui poucas ofertas de praças e espaços livres e os que existem não possui o devido cuidado. Nas proximidades da área estudada, há poucos locais disponíveis.

Com extensão aproximada de 2 km de praias, possui vegetação predominante composta por coqueiros e suas águas são consideradas boas para o banho Prefeitura de Paulista (2014). Sua praia possui pouca profundidade e ondas pequenas nas marés baixa e alta. A intensidade das marés é média e apresenta um recuo de cerca de 50m. Encontra-se presente também um grande número de arrecifes e bancos de areia ao redor de sua praia. Na região há a possibilidade de ancoragem natural para pequenas embarcações e a existência de equipamentos e serviços turísticos como restaurantes, bares e barracas. É considerada uma praia urbana, com a presença de residências e casas de veraneio de acordo com dados da Prefeitura de Paulista (2014).

5.3. Área de intervenção

A área da proposta de intervenção compreende um trecho de cerca de 800 metros de orla. O trecho foi escolhido por ser uma área que está degradada, sem os devidos cuidados, a presença do forte e seu valor histórico e potencial turístico foram fatores que também influenciaram na escolha do local. Os acessos à área se dá pela avenida principal Claudio José Gueiros Leite, que margeia a praça em frente ao Forte e é possível acessar a praia pelas ruas perpendiculares à avenida. O trecho está indicado na (Figura 101).

Figura 101 - Trecho da proposta de intervenção.



Fonte: WIKIMAPEA, 2018. (Editado pela autora, 2018)

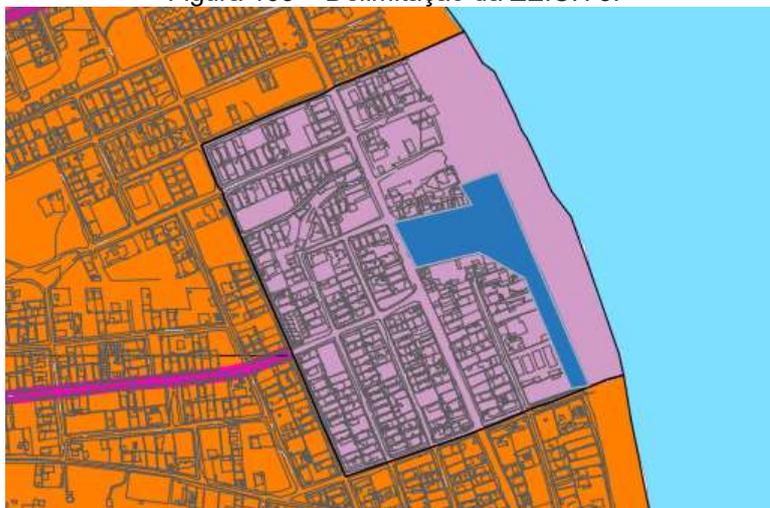
Figura 102 –Acessos à área objeto de estudo.



Fonte: WIKIMAPEA, 2018. (Editado pela autora, 2018)

Está inserida na Zona de Interesse Histórico e Cultural (ZEICH3) (Figura..) “III. ZEICH 3 - área definida como de proteção em função do Forte de Pau Amarelo, tombado pela União;” (PLANO DIRETOR, 2012, p 47).

Figura 103 – Delimitação da ZEICH 3.



Fonte: PLANODIRETOR, 2012. (Editado pela autora, 2018)

A partir de visitas à região foi observado o zoneamento de acordo com a predominância de uso dos arredores (Figura 90). Seu entorno possui predominância do uso comercial de serviços e residencial, as áreas estão representadas na figura a seguir:

Figura 104 - Zoneamento- Predominância de uso



Fonte: GOOGLE EARTH, 2018. (Editado pela autora, 2018)

Nos arredores são encontrados bares, restaurantes, pequenas vendas, mercados, escolas, academias e construções residenciais de pequeno e médio porte. O gabarito médio encontrado é baixo, suas construções no geral variam entre um ou dois pavimentos. Há uma certa poluição visual causada pelo grande número de placas e letreiros dos estabelecimentos (Figuras 105 e 106).

Figura 105 - Avenida Claudio Gueiros nas proximidades do forte.



Fonte: AUTORA, 2018

Figura 106 - Avenida Claudio Gueiros.



Fonte: AUTORA, 2018

A orla de Pau Amarelo encontra-se em estado de abandono pelo poder público, oferece pouca infraestrutura e equipamento de lazer. São encontrados apenas alguns canteiros, onde não chegaram a ser inseridas espécies vegetais. A iluminação é feita por postes de concreto, porém segundo moradores não atende totalmente às necessidades. Suas calçadas não possuem um padrão, alguns trechos chegam a não ter qualquer tipo de calçamento e a acessibilidade é precária.

Figura 107 - Orla de Pau Amarelo.



Fonte: JC ONLINE, 2017

Figura 108 - Orla de Pau Amarelo.



Fonte: AUTORA, 2018

Figura 109 - Canteiro presente na orla.



Fonte: AUTORA, 2018

Figura 110 - Desnível de terra na orla.



Fonte: AUTORA, 2018

Possui pouca movimentação de usuários e há uma movimentação maior apenas nos finais de semana. Grande parte das pessoas que frequentam o local durante os dias de semana estão indo em direção a suas casas, exceto alguns que usam para a prática da pesca e outras que tomam banho de mar e de sol (Figura 111 e 112).

Figura 111 - Movimentação da Orla nos finais de semana



Fonte: AUTORA, 2018

Figura 112 - Movimentação da Orla nos finais de semana



Fonte: AUTORA, 2018

O avanço do mar é um fator preocupante pois antes da instalação da contenção de Bagwall diversos bares foram derrubados devido a força das ondas. Segundo José Carlos, dono de um bar nas laterais do forte, com o avanço do mar dos últimos anos, alguns bares que existiam em frente ao forte e na orla foram destruídos.

Figura 113 – Bar destruído antes da instalação do bagwall.



Fonte: MARKMAN; CARNEIRO, 2012.

Figura 114 - Avanço do mar destrói parte de bar.



Fonte: UNIÃO EM DEFESA DAS PRAIAS E DOS BAIRROS DA ORLA PAULISTA/PE, 2009.

Após estes acontecimentos, para conter os danos causados por esse avanço, foram colocadas, no ano de 2012, barreiras de contenção do tipo Bagwall, para contenção da erosão das praias, que segundo Lyra (2014), cumpriram com seu papel até a data de vistoria, no ano de 2014. Atualmente a contenção sofreu um processo de degradação em alguns trechos, como mostram as Figuras 115 e 116.

Figura 115 - Estrutura de contenção do tipo Bagwall.



Fonte: LYRA, 2013.

Figura 116 - Degradação na estrutura de contenção (Bagwall).



Fonte: AUTORA, 2018

Na área que compreende o entorno do forte é possível perceber a presença de algumas casas e bares (Figuras 117 e 118), os bares são o principal atrativo do local, servindo como um ponto de lazer para os usuários. O local possui maior movimentação durante os finais de semana (Figuras 119 e 120), seus bares e restaurantes são mais frequentados no período da manhã e tarde. À noite, o local é menos frequentado, bares e restaurantes não funcionam nesse período, segundo moradores, isso se dá devido à falta de iluminação adequada e insegurança. A população usa a região com a função recreativa e de convívio social, a presença de um campo de futebol improvisado atrai jovens para partidas, principalmente nos finais de semana.

Figura 117 - Bares no entorno do Forte.



Fonte: AUTORA, 2018

Figura 118 - Bares no entorno do Forte.



Fonte: AUTORA, 2018

Figura 119 - Bares em frente a praça.



Fonte: AUTORA, 2018

Figura 120 - Casas localizadas na lateral do forte.



Fonte: AUTORA, 2018

Logo na chegada ao local encontra-se uma grande área vazia, com grama baixa, que hoje é usada como campo de futebol (Figura 121) e extensão de alguns bares do local, mesas e cadeira são colocadas próximas a rua lateral. Parte do local que margeia a Avenida Claudio José Gueiros Leite serve atualmente como estacionamento para caminhões (Figura 122). Há também uma parada de ônibus, que se encontra em estado de conservação ruim.

Figura 121 - Área livre em frente ao forte.



Fonte: AUTORA, 2018

Figura 122 - Área livre usada como estacionamento para caminhões.



Fonte: AUTORA, 2018

A faixa de praia em frente ao forte não possui uso, mesas dos bares são colocadas apenas em alguns trechos. A presença de mobiliário urbano é quase nula, havendo apenas alguns postes de iluminação, que não são suficientes para iluminar adequadamente a área. Não há tratamento paisagístico, apenas algumas árvores estão dispostas pelo local. Sua infraestrutura é precária, existe apenas duas ruas de acesso a praia e nas laterais do forte (Figuras 123-124).

Figura 123 - Vista do Forte e Orla.



Fonte: AUTORA, 2018

Figura 124 - Vista do Forte e Orla.



Fonte: AUTORA, 2018

Figura 125 - Vista do Forte e Orla.



Fonte: AUTORA, 2018

Figura 126 - Vista do Forte e Orla.



Fonte: AUTORA, 2018

5.4. Entrevistas

Foi realizada uma pesquisa de campo por meio de entrevistas com os usuários do local (Apêndice 1). Para propor melhorias em áreas públicas é importante levar em consideração sobretudo as opiniões e anseios dos usuários do local. Por isso, através de entrevistas buscou-se entender as necessidades dos frequentadores da Orla entorno do Pau Amarelo, levando em conta a intenção de requalificar a área e dar novos usos. Foram entrevistadas 20 pessoas com idades entre 16 e 67 anos, as entrevistas foram feitas no domingo, dia 21 de outubro, por ser o dia com maior movimentação de usuários. Os entrevistados foram questionados em 5 perguntas específicas e no final foi perguntado sobre as preferências em relação aos novos usos que poderiam ser inseridos.

Foram questionados também quanto a possível inserção de alguns elementos como centro cultural, quadra de esporte, área para shows, decks, pista de cooper e ciclofaixa. Através das perguntas, foi possível obter o entendimento sobre o que pensavam das atuais condições da orla e entorno, preservação e novo uso ao forte, infraestrutura da área, segurança, beleza estética do local e paisagismo.

Foram entrevistados frequentadores do local, donos dos bares e restaurantes e moradores do entorno. A abordagem aos usuários foi relativamente fácil, todos os usuários abordados responderam com interesse aos questionamentos, porém, alguns deles respondiam de maneira mais rápida dificultando um pouco o desenvolvimento das perguntas. No geral os frequentadores são moradores do entorno ou do bairro, poucos vieram de cidades vizinhas como Olinda, que escolhem a praia de Pau Amarelo por ter águas mais tranquilas e pela presença de pequenas piscinas naturais.

“O atual estado da Orla e entorno lhe agradam?”. Das 20 pessoas entrevistadas, todas se disseram insatisfeitas com o estado atual do local. “O que não lhe agrada na orla e entorno atualmente?”. Para todos os entrevistados a palavra “esquecida” é a que melhor representa o local atualmente. Segundo eles não há o devido cuidado com o calçamento, iluminação e para alguns o lixo é um fator de incômodo. O fato de não haver uma estrutura de lazer e convívio, com bancos, árvores é um dos fatores que não agradam aos entrevistados. A falta de infraestrutura como calçadão, ciclofaixa e cuidado estético foram fatores também citados.

O avanço e a dificuldade de acesso ao mar, conseqüentemente ao banho de mar, foi um dos pontos negativos mais falados, doze dos vinte entrevistados relataram

sua insatisfação com esse fato. Alguns chegaram a sugerir a instalação de escadarias para o acesso ao mar.

O fato de não haver espaço para o lazer de crianças foi mais um dos fatores negativos apontados, elas acabam utilizando as calçadas, ruas e o campo existente.

O abandono em que se encontra o forte também foi um ponto negativo bastante citado. Este fato incomoda principalmente os moradores das proximidades, pois segundo eles a edificação, por estar sem uso, se tornou ponto de drogas e vândalos.

“O que lhe agrada na área?”. Entre os entrevistados, poucas foram as características citadas como positivas. A existência do Forte foi um dos fatores positivos, porém como já foi dito anteriormente, os entrevistados enfatizaram que é necessário revitalização do mesmo e inserir algum uso a edificação.

A presença do campo de futebol foi outro fator apontado como positivo, o campo é um local de lazer para as crianças e adolescentes dos arredores, já que não há outro espaço público para o lazer dessa faixa etária entre sete e dezoito anos de idade.

“Você utiliza o local com que finalidade, trabalho ou lazer?”. A maior parte dos entrevistados moram no entorno, em casas que margeiam o forte e beira mar ou nas proximidades. Foram entrevistados também donos e trabalhadores dos bares. Poucas pessoas vêm de longe, apenas três pessoas das 20 vieram de bairros vizinhos, e algumas delas estavam na companhia de moradores da área.

A maioria das pessoas que frequentam o local usam com a finalidade de lazer, principalmente nos finais de semana, quando os bares ficam mais movimentados. Durante a semana o local é mais usado por moradores da região que estão de passagem para suas casas.

Foi possível perceber que a Orla e o forte não geram atrativos suficientes para que pessoas de outros bairros ou turistas tenham interesse em se deslocar até a área. Foi dito por alguns entrevistados que o local já foi mais frequentado, segundo eles por possuir mais bares na época, por volta do final dos anos 90.

“Que novos usos para a área agradariam mais?”. Segundo os entrevistados o local necessita de um espaço para convívio, com quiosques e mesas, também seria interessante para eles uma área para recreação infantil. Foram questionados também quanto a possível inserção de alguns elementos como centro cultural, quadra de esporte, área para shows, decks, pista de cooper e ciclofaixa.

Maior parte das pessoas acreditam que um centro cultural traria benefícios, seria um forte atrativo para novos frequentadores e turistas. A presença de uma quadra de esportes é muito importante principalmente para moradores da área, para os mais jovens é essencial a presença de um espaço de lazer, já que atualmente não há uma área adequada para esta faixa etária. Pista de cooper e ciclofaixa foram os elementos mais citados, para todos os entrevistados seria interessante ter esse atrativo na orla.

5.5. Análise da situação atual

Através de visitas e conversas com os frequentadores, foram diagnosticados problemas e potencialidades encontrados na área. A presente análise tem como base as necessidades observadas e possui a finalidade de adequar e potencializar características existentes no local. O quadro a seguir mostra problemas e potencialidades encontrados no entorno do Forte de Pau Amarelo.

Tabela 2 - Análise de problemas da Orla.

PROBLEMAS	
ILUMINAÇÃO	O local a noite não possui iluminação adequada, havendo pontos de penumbra no entorno do Forte e proximidades dos bares existentes.
INSEGURANÇA	Não possui posto policial ou patrulha.
DESORDEM NA DISPOSIÇÃO DOS BARES	Os bares presentes utilizam parte da área pública para acomodar mesas. Alguns deles ocupam as calçadas com mesas e cercas.
CALÇADAS	Em alguns trechos as calçadas estão em péssimo estado de conservação, em outras áreas não há a presença de calçadas, havendo apenas o meio fio e areia.
CONSERVAÇÃO E USO DO FORTE	O Forte se encontra abandonado e não possui um uso para fins turísticos.
CONSERVAÇÃO E INFRAESTRUTURA DA ORLA	A orla não possui tratamento paisagístico. Possui infraestrutura precária, e pouso mobiliário urbano, foram encontrados apenas poste e parada de ônibus.

Fonte: AUTORA, 2018.

Tabela 3 - Análise de potencialidades da Orla.

POTENCIALIDADES	
EXISTÊNCIA DO FORTE COMO POTENCIAL TURÍSTICO	A presença deste elemento histórico é um fator importante e torna o local um atrativo turístico da região.
AREAS LIVRES PARA NOVOS USOS	Há em seu entorno, áreas livres sem uso. A área livre em frente ao forte é um amplo espaço que pode ser destinado áreas de convívio e lazer para a população.
EXISTÊNCIA DE BARES	A presença dos bares no entorno é um atrativo. Atualmente, nos finais de semana o local é frequentado por moradores e este fator pode ser potencializado, para atrair ainda mais frequentadores e turistas.

Fonte: AUTORA, 2018.

Com a análise feita é possível perceber que o local possui um potencial turístico muito grande, o fato do Forte de Pau Amarelo está presente no local é de grande relevância para tal observação. A existência de bares também é um fator com potencial para atrair turistas e moradores da região.

Também é relevante trazer novos usos para a população de Pau Amarelo, já que a região é carente de espaços públicos Livres de Lazer (ELP). A orla sendo um ELP, possui grande potencial para se tornar um espaço público de referência no bairro de Pau Amarelo.

No entanto, também foi perceptível a presença de alguns problemas na área. A falta de infraestrutura adequada no local, desordem no uso do espaço, insegurança, dentre outros fatores já citados, são fatores que diminuem a atratividade do local.

É relevante trazer novos usos para a população de Pau Amarelo, já que a região é carente de espaços públicos Livres de Lazer (ELP). A orla sendo um ELP, possui grande potencial para se tornar um espaço público de referência no bairro de Pau Amarelo.

6. PROPOSTAS PARA UMA INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA NA ORLA DE PAU AMARELO: ENTORNO DO FORTE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES, PAULISTA-PE.

Neste capítulo serão apresentadas as propostas para a área objeto de estudo e o conceito utilizado. Serão mostrados também os elementos a serem inseridos no local.

6.1. Proposta de intervenção

A presente proposta está embasada nos conceitos abordados no decorrer desta pesquisa. Sobretudo nos conceitos abordados no início do trabalho, fatores históricos, referências projetuais, diagnóstico da situação atual da área e entrevistas.

Através da análise do local e do que é oferecido para seus usuários foi possível perceber as necessidades da Orla. A análise da área e do entorno foi de fundamental importância para a compreensão da realidade das problemáticas e potencialidades existentes no local.

A partir deste entendimento um novo desenho volumétrico foi proposto para a Orla de Pau Amarelo e entorno do Forte, buscando solucionar os problemas encontrados. Esta proposta tem por objetivo proporcionar aos usuários da Orla espaços adequados de lazer, esporte e contemplação, trazendo assim um espaço público de lazer adequado que de fato ofereça conforto, infraestrutura adequada, segurança, acessibilidade e beleza.

Este espaço está dividido em quatro polos, de alimentação, lazer, cultura e esportes. A área onde hoje se localiza o campo aberto será destinada a eventos e lazer, com espaço para pequenos shows e áreas destinadas a todas as faixas etárias. Para as crianças será implantado um parque infantil, para adolescentes quadra de esporte, para adultos, idosos e jovens, áreas de convívio com bancos.

Por ser uma faixa de praia estreita, a distância entre os lotes e o fim da faixa de praia nos trechos mais estreitos possui cerca de 15 metros de largura. Por este fator, foram inseridos apenas um ciclofaixa, junto a pista de cooper e jardins estreitos por toda extensão, com arbustos e coqueiro, além de requalificação das vias. Existem áreas onde era dispensável a existência de vias para acesso à casas, pois seus

acesso de veículos são feitos pelas ruas paralelas à praia. Nestes locais a orla se tornou um grande calçadão apenas para pedestres e bicicletas.

A acessibilidade foi um ponto de extrema importância na proposta, a inclusão de todos os tipos de deficiência deve ser assegurada, por isso foram propostos elementos que integram as pessoas portadoras de deficiência.

Um dos aspectos mais relevantes da proposta foi propor a revitalização da área do entorno do Forte, que atualmente está ociosa, tendo a preocupação de valorizá-lo, pois é um monumento tombado. Por esse fator, é importante manter a visão do forte para quem transita pela praia e avenida e não foram inseridas construções que possam interferir na visualização do forte. A inserção de atividades culturais também foi relevante por estar em uma área de interesse histórico e cultural. Para a implantação dessa proposta será relevante a parceria entre prefeitura, IPHAN, assim como é de grande importância consultar a população, para saber suas necessidades. Por isso esta proposta está sobretudo baseada nas entrevistas feitas com vinte pessoas, incluindo moradores do entorno, visitantes, donos e trabalhadores dos bares.

A proposta teve também como ponto fundamental os estudos de caso da orla de Fortaleza, da Orla do Parque de Macapá e Orla de Santos. O projeto do Parque de Macapá foi entre os três o que mais se aproximou do trecho escolhido para a proposta de intervenção pela existência do Forte de Macapá. Por esse fator, teve maior relevância como fonte de inspiração. As orlas de Santos e Fortaleza se destacaram pela presença de espaços com usos diversificados (lazer, esporte, contemplação, entre outros) que atendem à todas as faixas etárias. Além do foco no paisagismo, que está mais presente na orla de Santos, referência pelos seus extensos jardins.

6.2. Elementos da proposta

Os elementos a serem inseridos na proposta foram escolhidos tendo como princípio que o local é um espaço público e está em área litorânea. Por estes fatores, está sujeito a grande número de pessoas circulando, está sujeito a sofrer as ações causadas pelo sol intenso, vento constante e maresia. Todos os elementos abaixo são mais resistentes a estes fatores.

Piso: Nos caminhos e passeios será utilizado o piso Intertravado de concreto. Este tipo de piso absorve melhor a água da chuva é de fácil instalação e seu custo é baixo. Serão utilizadas duas cores de piso, nos passeios principais será colocado o piso na cor cinza (Figura 127), nos passeios intermediários a cor marrom (Figura 128). Nas quadras de esporte será utilizado o piso de concreto pintado em sua superfície (Figura 129).

Figura 127 - Piso intertravado cor cinza.



Fonte: DIRECIONAL ESCOLAS, 2014.

Figura 128 - Piso intertravado cor marrom.



Fonte: DIRECIONAL ESCOLAS, 2014.

Figura 129 - Piso de concreto com pintura na superfície.



Fonte: DIRECIONAL ESCOLAS, 2014.

Areia para área de recreação infantil: A areia é ideal para áreas de parques infantis, pois amortece os impactos gerados pelas brincadeiras (Figura 130).

Piso de concreto: Usado na área de eventos ao ar livre. Além de ser mais resistente à grandes multidões (Figura 131).

Figura 130 - Areia para área de recreação infantil.



Fonte: DIRECIONAL ESCOLAS, 2014.

Figura 131 - Areia para área de recreação infantil.



Fonte: DIRECIONAL ESCOLAS, 2014.

Espécies vegetais: Por ser uma área pública suscetível a grande circulação de pessoas, as espécies sugeridas são mais resistentes e necessitam de pouca manutenção. Todas elas suportam bem o vento e a salinidade de uma região praiana e suas raízes não ficam aparentes, assim, não danificam as calçadas e passeios da praça. As espécies escolhidas não devem ter espinhos, galhos baixos, nem frutos.

Forração: A grama esmeralda (Figura 132) é a mais indicada para o local, pois necessita de pouca manutenção e é resistente a grande tráfego de pessoas, já que será inserido em uma área pública.

Figura 132- Grama esmeralda



Fonte: CLASF, c2018.

Arvores de grande e médio porte: Foram escolhidas pois proporcionam maior sombreamento, os usuários do local podem descansar sobre as árvores. É importante que estas árvores tenham raízes profundas que não prejudiquem ou degradem o piso. Também deve-se ter o cuidado de não atrapalhar a visão do forte. Espécies de médio porte como ipês e algodão de praia (Figuras 133 e 134) são ideais para o local pois possuem raízes profundas que não danificam as calçadas e exigem poucos cuidados. Árvores de grande porte como o Cedro e Sibipiruna seguem as características citadas

e também serão inseridas. Todas devem ser dispostas de maneira que não atrapalhem à visão do forte.

Figura 133 - Árvore algodão de praia



Fonte: PLANTA, c2018.

Figura 134 - Ipês



Fonte: PLANTA, c2018.

Para maior interação de deficientes visuais com o projeto, arvores com frutos que liberem cheiro poderão ser inseridas. Com isso o local despertará diversos sentidos, não somente o visual.

Arbustos: Utilizados principalmente com a função ornamental. Os arbustos sugeridos necessitam de pouca manutenção e cuidados, são ideais para áreas públicas. Foram escolhidos também por serem resistentes a salinidade e serem plantas que necessitam de sol pleno, eles estão representados nas figuras abaixo (Figuras 135-136).

Figura 135 - Arbusto Ixora.



Fonte: CULTURAMIX, 2012.

Figura 136 - Arbusto Pingo de Ouro.



Fonte: CULTURAMIX, 2012.

Figura 137 - Arbusto Buxinho.

Figura 138 - Arbusto Clúsia.



Fonte: CULTURAMIX, 2012.



Fonte: CULTURAMIX, 2012.

Irrigação: A irrigação da área será realizada por aspersores, acionados manualmente. (Figura 139).

Figura 139 - Aspersor para irrigação de áreas verdes.



Fonte: AGROJET, c2018.

Horta comunitária: Locação de hortas comunitárias dispostas na orla e próximo ao forte. As hortas geralmente são instaladas em locais vagos pela cidade, os alimentos cultivados nelas são cuidados pela própria população, por esse fator o ideal é que se instale nas proximidades de áreas residenciais (Figura 140).

Figura 140 - Horta comunitária



Fonte: JOHN; ANNE, c2018.

Jardim Sensorial: Instalação de um Jardim Sensorial (Figura 141) nas proximidades do forte, os Jardins Sensoriais são espaços destinados ao lazer e ao prazer, eles aguçam a percepção por meio dos cinco sentidos: o tato, audição, visão, olfato e paladar. São um dos ambientes para a integração de pessoas com deficiência.

Figura141– Jardim Sensorial.



Fonte: PAULO, c2018.

Bancos: Foram escolhidos bancos de madeira plástica com encosto. Este tipo de mobiliário é mais resistente a ação da chuva e do vento, não esquentam com sol constante, não necessitam de grande manutenção, além de terem um custo médio e serem sustentáveis. Serão instalados a uma distância de no mínimo 90 cm um do outro, para que cadeirantes possam ter acesso aos bancos (Figura 142).

Figura 142 - Bancos de madeira plástica.



Fonte: ECOPEX, c2017.

Lixeiras: Instalação de lixeiras seletivas na praça, proximidade dos novos quiosques e por toda extensão da orla. Lixeiras de plástico apoiadas em estrutura de plástico pois este material é mais resistente à maresia (Figura 143).

Figura 143 – Lixeiras seletivas de plástico.



Fonte: SOLUÇÕES INDUSTRIAIS, c2018.

Postes: foram utilizados dois tipos com alturas diferentes, o primeiro, de alumínio, de 10 a 15 metros, para iluminar as quadras e ruas, o segundo com altura de 3 a 5 metros, para iluminar as quadras e acessos. A iluminação será feita com lâmpadas de led. Os postes maiores terão placas solares (Figura 144), proporcionando maior economia de energia. As placas solares funcionam como receptores de raios solares, armazenando durante o dia e distribuindo a energia durante a noite. Também serão inseridos holofotes para iluminar e dar ênfase ao forte durante o período da noite (Figura 145).

Figura 144 – Poste alto com captação da energia solar.



Fonte: DIRECIONAL ESCOLAS, 2014.

Figura 145 – Poste baixo.



Fonte: DIRECIONAL ESCOLAS, 2014.

Parada de ônibus: A parada localizada a margem da Avenida Cláudio José Gueiros Leite deve ser mantida, sendo modificada para melhor atender a população. Deverá ser colocada uma nova parada com proteção contra chuva e bancos.

Academias ao ar livre: A existência de academias em espaços livres é de extrema importância, sua presença pode levar maior qualidade de vida para seus usuários. A academia deve dispor de equipamentos diversos, com totém para instruções de uso. O material sugerido é o aço, pois é mais resistente ao uso e à maresia. No local deve-se instalar de preferência piso emborrachado, e deve se dispor também diversas árvores para sombreamento do espaço.

Figura 146 – Academia ao ar livre.



Fonte: JESUS, 2012.

Parque de recreação infantil: Locação de parque infantil para atender à demanda das crianças que moram próximas à área. É de extrema importância para a

interação social e deve conter brinquedos para crianças menores e maiores. O parque deve ainda conter grades delimitando o espaço e protegendo as crianças, além de bancos na proximidade para os adultos responsáveis por eles. Deve haver também diversas árvores para fazer o sombreamento nos brinquedos e bancos dos acompanhantes. Os brinquedos instalados devem ser de menor porte e altura, para não comprometer a visibilidade do forte.

O material do brinquedos deve ser de madeira plástica, este material é mais resistente à maresia e duradouro.

Figura 147 – Parque infantil de madeira plástica.



Fonte: MUNDO DAS TRIBUS, 2014.

Figura 148 – Parque infantil.



Fonte: MUNDO DAS TRIBUS, 2014.

Quadra de esportes: Locação de um quadra aberta e arquibandas com dois lances para não dificultar a visibilidade do forte.

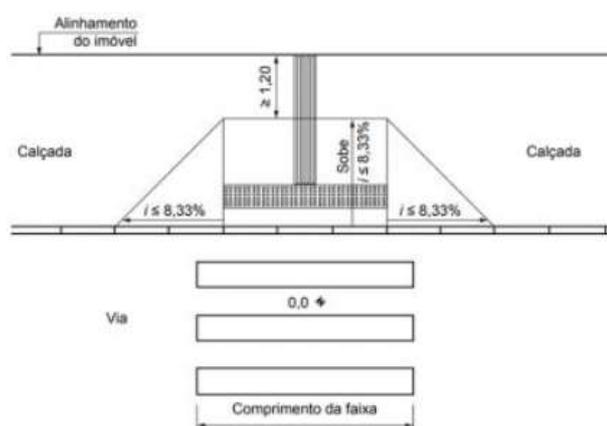
Figura 149 – Academia ao ar livre.



Fonte: JESUS, 2012.

Acessibilidade: A acessibilidade em espaços livres públicos e de turismo é um fator essencial para inclusão de todos e esse direito deve ser assegurado a toda população, por isso a proposta visa também promover a inclusão em seus espaços. Serão inseridas rampas de acesso à calçada, piso tátil indicativo e de alerta e placas em braile para indicar locais e espécies vegetais. As rampas devem seguir normas de acessibilidades indicadas na NBR 9050. Um dos pontos citados é sua inclinação que, segundo a NBR 9050 deve ter uma declividade igual ou superior a 5 %, sendo 8,33% a inclinação máxima.

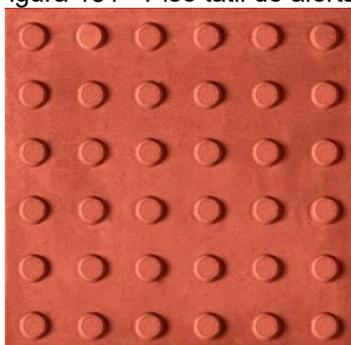
Figura 150 - Rebaixamento de calçada-NBR 9050



Fonte: ANDRÉ, 2017.

O piso tátil de alerta: deve ser inserido seguindo algumas funções segundo a NBR9050 (2004) deve indicar obstáculos em balanço durante o passeio, indicar portas de elevadores, desníveis como vãos, plataformas e palcos e início e fim de escadas e rampas. Serão instalados também ao redor de lixeiras, postes, árvores (Figura 151).

Figura 151 - Piso tátil de alerta.



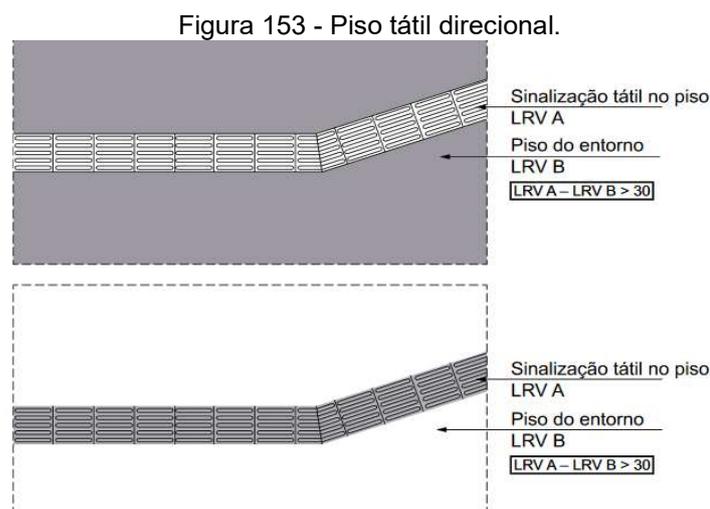
Fonte: DIRECIONAL ESCOLAS, 2014.

Figura 152 - Piso de alerta.



Fonte: DIRECIONAL ESCOLAS, 2014.

Piso tátil direcional: Instalação de piso direcional (Figura 133) com contraste para indicar caminhos seguros a áreas edificadas e não edificadas. O piso será instalado no calçadão, em todo trecho de orla e também na praça em frente ao forte e entorno dele, para indicar caminhos que liguem os equipamentos e novas áreas inseridas. O piso deve ter um contraste entre os pisos adjacentes, como mostra a (Figura 153).



Fonte: DIRECIONAL ESCOLAS, 2014.

Piso emborrachado: Instalação de piso emborrachado para facilitar o acesso de deficientes ao mar. Serão instalados em duas localidades do trecho de intervenção, um na lateral do forte existente, e outra nas proximidades das piscinas naturais existentes na área (Figura 154).

Figura 154 - Caminho emborrachado para acesso de cadeirantes a praia



Fonte: RAMOS, 2015.

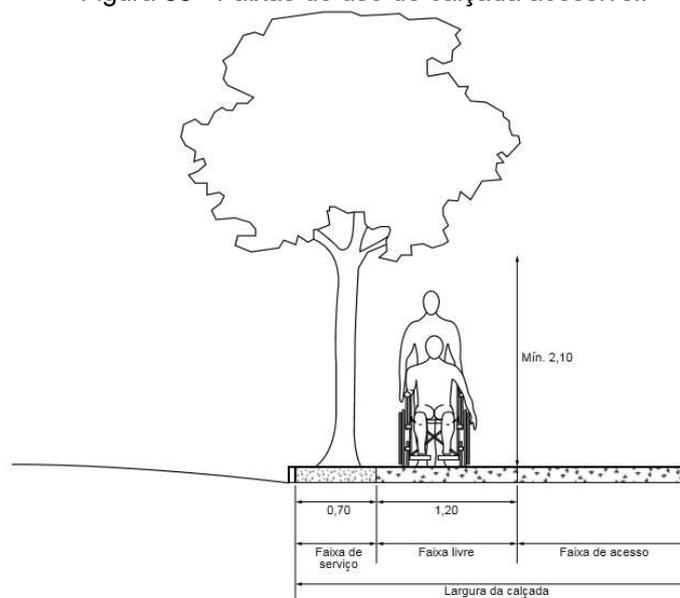
O caminho de piso emborrachado estará ligado à uma rampa de acesso ao mar, pois a orla possui paredes de Bagwall para contenção do mar. Com a rampa os cadeirantes terão o acesso direto ao mar.

Instalação de rampas para o acesso de cadeirantes ao mar, as rampas devem estar conectadas ao piso emborrachado.

Placas em braile: As placas em braile devem ser instaladas para indicar ambientes internos e externos, seguindo normas da ABNT-NBR9050, que indica altura dos caracteres, tipo de fonte, altura do relevo, distância, entre outros.

Calçadas com a medida mínima de espaço de circulação de 1,20, e 2,10 de altura livre, como indicado na NBR 9050 (Figura 155). Requalificação também das calçadas paralelas e no entorno do local.

Figura 55 - Faixas de uso de calçada acessível.



Fonte: NBR 9050, 2015.

Mapa tátil: Instalação de mapa tátil associado ao piso tátil para indicar rotas de acesso as áreas e suas respectivas atividades.

Figura 156 - Faixas de uso de calçada acessível.



Fonte: LAO ENGENHARIA, 2014.

Brinquedos acessíveis: A instalação de brinquedos acessíveis é de suma importância para a integração de crianças com deficiência. Os brinquedos acessíveis devem de preferencias serem inseridos no mesmo espaço dos brinquedos comuns, aumento assim a integração entre todas as crianças (Figuras 157 e 158). Será necessário apenas uma diferenciação de piso para o acesso de cadeirantes ao brinquedos acessíveis.

Figura 157 - Exemplo de brinquedo acessível.



Fonte: PIRACICABA, 2017.

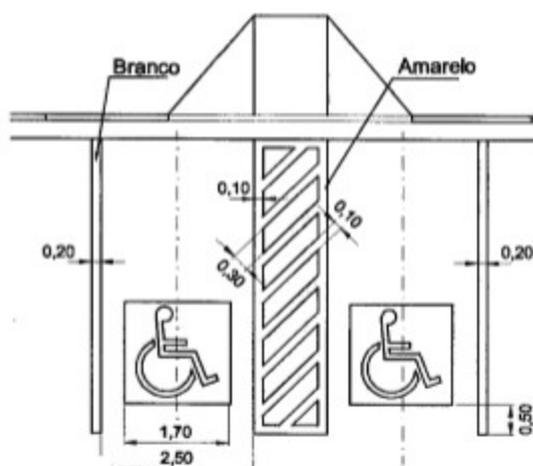
Figura 158 - Exemplo de brinquedo acessível.



Fonte: PIRACICABA, 2017.

Estacionamento: Foi proposta uma área para estacionamento de veículos e de ônibus, com vagas acessíveis seguindo parâmetros citados na NBR9050 (Figura 159).

Figura 31 – Padrão para vaga acessível.



b) Em 90°

Fonte: NBR 9050, 2015.

Banheiros: Instalação de 2 banheiros públicos com chuveirões, dispostos pela área de intervenção.

Figura 160 – Banheiro público.



Fonte: TRIPADVISOR, 2018.

Bicicletário: Inserir bicicletários de aço em locais estratégicos por toda orla, e nas proximidades da avenida Claudio José Gueiros Leite e em frente ao forte, para assim incentivar o uso das bicicletas na área. O aço é um material mais resistente à maresia, por isso se adequa ao local implantado (Figura 161).

Figura 161 - Bicicletário de metal



Fonte: TRIPADVISOR, 2018.

Posto Policial: Inserir posto policial central nas proximidades do forte, e propor trabalho em conjunto com a prefeitura e polícia para manter rondas periódicas durante dia e noite.

Postos salva vidas: Instalação de 2 postos salva-vidas para a segurança dos banhistas.

Bagwall: Revitalização das barreiras de Bagwall presentes no local. Manter revisões periódicas de sua eficiência através de técnicos na área junto à prefeitura (Figura 162). A revitalização deste elemento é de suma importância, pois a área está sofrendo com os danos causados pelo avanço do mar.

Figura 162 - Contenção do tipo Bagwall



Fonte: LYRA, 2015.

Esculturas de artistas locais: Disposição de esculturas de pequeno e médio porte pela orla e entorno do forte. Valorizar a cultura de uma sociedade é de extrema importância. Por este motivo será dado preferência à artistas do município de Pau Amarelo em seguida Pernambuco. Será dado preferência também a esculturas que

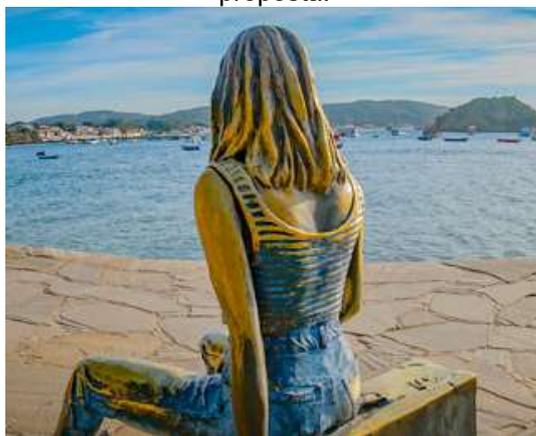
despertem o sentido do tato, para a interação de deficientes visuais (Figura 163 e 164).

Figura 163 - Exemplo de escultura para a proposta.



Fonte: JORNAL DA ORLA, 2018.

Figura 164 - Exemplo de escultura para a proposta.



Fonte: GRUPO BZ, 2018.

Planta Baixa Humanizada com a disposição dos espaços e perspectivas volumétricas estão nos apêndices, respectivamente apêndice 2 e 3.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de espaços Livres Públicos (ELP) nas cidades geram bem-estar e qualidade de vida para a população. Sendo a orla e seu entorno um ELP, é um espaço propício a oferecer áreas ao ar livre destinadas ao lazer, contemplação e recreação.

A presente pesquisa foi desenvolvida com a problemática de: em que medida uma intervenção numa orla poderá melhorar a qualidade de vida da população em seu entorno? E trabalhou com a hipótese de que, uma intervenção paisagística pode trazer melhorias para qualidade de vida da população, na medida em que os usuários sejam ouvidos e que suas necessidades e que as necessidades apontadas sirvam como base para a criação de novos espaços.

Esta pesquisa teve como objetivo principal desenvolver uma proposta de intervenção paisagística a nível de diretrizes, volumetria e disposição dos espaços na Orla de Pau Amarelo e entorno imediato do Forte Nossa Senhora dos Prazeres. Esta visa proporcionar aos moradores da área uma nova orla e requalificação também de seu entorno, dando novos usos e trazendo para a população um novo espaço Livre Público de Lazer em uma região que é carente de espaços públicos de lazer.

O capítulo teórico foi relevante porque através dele foi possível compreender os principais conceitos da pesquisa. A partir dele, obteve-se o conhecimento sobre o que é uma faixa de praia e um calçadão, sobretudo como deve-se tratar paisagisticamente as áreas históricas em torno de fortes.

Através dos estudos de caso chegou-se a uma análise de como são tratadas as orlas que se adequem as necessidades as orlas escolhidas são bem-conceituadas por seus usuários, além de

Com a análise da área feita através de visitas em campo e entrevistas com frequentadores, foram tiradas conclusões acerca das necessidades do local. A área não possui a devida valorização. O forte de Pau Amarelo, uma construção histórica protegida pela lei do tombamento está esquecida e corre o risco de futuramente ser danificada pelo avanço do mar se não forem tomadas medidas de manutenção das contenções instaladas. Em contrapartida, observa-se o extremo potencial cultural e turístico da área, que com os devidos cuidados e manutenção poderá se tornar um local atrativo para turistas e moradores do entorno.

Assim, espera-se ter atingido os objetivos propostos no início da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABBUD, benedito. **Criando Paisagens**. 3. Ed. São Paulo: SENAC, 2006. 207p

ABREU, J. **Parque do Forte, em Macapá, recebe trabalhos de recuperação e limpeza**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2017/03/parque-do-forte-em-macapa-recebe-trabalhos-de-recuperacao-e-limpeza.html>>. Acesso em: 18 out. 2018.

AGROJET. **Aspersor agrícola**. c2018. il. color. Disponível em: <http://www.agrojet.com.br/produtos_detalhes.php?cat=49&l=br&pro=594>. Acesso em: 24 nov. 2018.

ALMEIDA, José Mário. **Terrenos de marinha: por que a tentativa de extingui-los é um ataque ao patrimônio público e ao meio ambiente**. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/63479/terrenos_marinha_almeida.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.

ALVES, Ricardo. **Obras na orla de Salvador valorizam imóveis**, 2015. Disponível em: <www.todabahia.com.br >. Acesso em: 10 jun. 2018.

ANDRÉ, L. **Criar calçada acessível NBR 9050**. 2017. Disponível em: <<https://qualificad.com.br/criar-calcada-acessivel-nbr-9050/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

BANCOS DE PRAÇA. **Banco de madeira**. 2017. il. color. Disponível em: <http://www.diariodegrossos.com.br/ver_galeria/37/bancos-de-praca.html Acesso em 25 de Novembro de 2018.

BEIRAMAR FORTALEZA. **Praças na beira mar de Fortaleza**. c2018. Disponível em: <<https://mapio.net/pic/p-5222189/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Terrenos de marinha e seus acrescidos**. c2018. 2 il. color. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao/bens-da-uniao/terrenos-de-marinha>>. Acesso em: 18 set. 2018.

BROTAS. **Mirante com vista para o Rio Jacaré, em Brotas**. c2018. il. color. Disponível em: <<http://brotas.com.br/mais-sobre-brotas/>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

CAFÉ, D. C. **Patrimônio, identidade e memória: proposta para a criação do museu do território de alcanena**. Lisboa, 2007.

CAMPÊLO, C. **Dança do Frevo**. 2018 il. Color. Disponível em: <<http://desacato.info/o-dia-do-frevo/>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

CLASF. **Grama esmeralda.** c2018. il. color. disponível em: <<https://www.clasf.com.br/grama-esmeralda10653419/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

COPACABANA. **A história de Copacabana, Rio de Janeiro, Brasil.** c2018. 2 il. color. Disponível em <<http://copacabana.com/historia-de-copacabana/>>. Acesso em: 23 out. 2018.

COSTA, M. T. **Avenida Campos Salles, Campinas.** 2015. il. color. Disponível em: <http://correio.rac.com.br/_conteudo/2015/11/campinas_e_rmc/401077-28-imoveis-do-centro-sao-tombados-como-patrimonio.html>. Acesso em: 20 out. 2018.

CULTURAMIX. **Conheça Mais Sobre os Arbustos.** 2012. Disponível em: <<http://flores.culturamix.com/jardim/conheca-mais-sobre-os-arbustos>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. **O que é um jardim sensorial.** 2014. 2 il. Color. Disponível em: <<http://flores.culturamix.com/jardim/o-que-e-um-jardim-sensorial>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

DAFLON, R. **Em Angra, uma aula sobre praias privatizadas.** 2017. Disponível em: <<https://apublica.org/colecao/particular/2017/11/em-angra-uma-aula-sobre-as-praias-privatizadas/>>. Acesso em: 15 set. 2018.

DIRECIONAL ESCOLAS. **Quadra Esportiva: Pisos e Acessórios.** 2014. 3 il. color. Disponível em: <<https://direcionalescolas.com.br/quadra-pisos-e-acessorios/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

EL PAÍS. **Praia de Varadero (Cuba).** 2018. il. color. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/21/album/1519230343_271411.html#foto_gal_4>. Acesso em: 20 out. 2018.

FERNANDANÇAS. **Parque Zoológico na Argentina.** 2016. il. color. Disponível em: <<http://fernandancas.com/uma-aventura-pelo-zoologico-de-lujan-na-argentina/>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

FORTALEZA. **Prefeitura de Fortaleza entrega Praça no Dionísio Torres.** 2018. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/tag/Regional%20li>>. Acesso em: 26 out. 2018.

FORTALEZA EM FOTOS. **A cidade com vista para o mar.** 2012. Disponível em: <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/2012/03/cidade-com-vista-para-o-mar.html>>. Acesso em: 20 set. 2018.

GRUPO BZ. **Esculturas de Búzios.** c2018. il. color. Disponível em: <https://www.grupobz.com.br/esculturas-de-buzios/#.W_xe3bpFzug>. Acesso em: 26 nov. 2018.

HELENA, M. **Indo à praia no século 19: modéstia, diversão e moda**. 2015. Disponível em: <<https://eravitoriana.wordpress.com/2015/11/13/indo-a-praia-no-seculo-19>>. Acesso em: 18 out. 2018.

HISTÓRIAS PARA VIAJAR. **Orla de Copacabana (calçadão de passeio)**. [201?] 2 il. color. Disponível em: <www.historiasparaviajar.com>. Acesso em 29 mai. 2018.

HOTEL CHÁCARA DO MOSTEIRO. **Arvores presentes na Orla de Santos**. c2011. 4 il. color. Disponível em: <<http://hotelchacaradomosteiro.com.br/santos/>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

HORIKAWA K. **Coastal engineering**: an introduction to ocean engineering. Halsted Press Book, Toronto e New York, 1972.

HORTA, V. In: MACARRÓN, A. **Conservación del patrimonio cultural**. Madrid: Editorial Síntesis, 2008.

ICALENDARIO. **Festa do Círio de Nossa Senhora**. 2018. il. color. Disponível em: <<http://icalendario.br.com/festa-crista/cirio-de-nazare-belem>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

IPHAN. **Lista de Processo de Tombamento**. [S.D.]. il. color. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20de%20Processos%20de%20Tombamento.pdf>> Acesso em: 16 out. 2018.

JOHN; ANNE. **As hortas comunitárias**. 2018. il. color. Disponível em: <<https://enxada.com/artigos/hortas-comunitarias>>. Acesso em: 27 out. 2018.

KELMAN, J. **Extensão da Zona Costeira Brasileira**. [201?]. il. color. Disponível em: <<https://slideplayer.com.br/slide/375507/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

KLIASS, G. **O lugar bonito**. São Paulo, ano 01, n. 001.02, Vitruvius, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/01.001/1303>>. Acesso em: 10 out. 2018.

LÉLIS, G. **Av. Boa Viagem - Uma moderna senhora de 95 anos**. 2018. il. color. Disponível em: <<https://poraqui.com/boa-viagem/av-boa-viagem-uma-moderna-senhora-de-95-anos/>>. Acesso em: 24 out. 2018.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LIECHAVICIUS, C. **Praia privatizada para uso exclusivo de hotel em Montenegro**. 2013. il. color. Disponível em: <<https://www.viajarpelomundo.com/2013/11/sveti-stefan-uma-ilha-hotel.html>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

LIMA, C. **O conceito de praia e seu regime jurídico**, 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29272/o-conceito-de-praia-e-seu-regime-juridico>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

LOBO, C.; FONSECA, D.; GARCIA, R. **Verticalização e permeabilização do solo urbano nos setores censitários de Belo Horizonte/MG**. Minas Gerais: SENAC, 2015.

LOURENÇON, A. C. **Diretrizes para construção de calçadas**. 2011. Disponível em: <<http://infraestruturaurbana17.pini.com.br/solucoes-tecnicas/3/artigo215115-2.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2018.

LOYOLA, V. **Eu amo Maceió**, 2018. Disponível em: ROMITI, Angela. **Terrenos de marinha e a linha do preamar médio do ano de 1831**, 2017. Disponível em: <<https://selecaojuridica1.jusbrasil.com.br/artigos/417522635/terrenos-de-marinha-e-a-linha-do-preamar-medio-do-ano-de-1831>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

LYRA, M. **Bagwall**. 2015. il. color. Disponível em: <<http://marcolyra.blogspot.com/2015/02/bagwall-ultima-etapa-das-obras-de.html>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

MACEDO, S. S. **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século 1990-2010**. 1.ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

MACHADO, T. **Orla de Boa viagem atualmente**. 2015. il. color. Disponível em: <<http://www.joaoalberto.com/2015/03/20/segundo-jardim-da-orla-de-boa-viagem>>. Acesso em: 24 out. 2018.

MALAMUT, M. **Paisagismo- Projetando Espaços Livres**. 1.ed. São Paulo: SENAC, 2011.

MARKMAN, L.; CARNEIRO, K. **Erosão marinha ameaça casas e atrações turísticas**. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/erosao-marinha-ameaca-casas-e-atracoes-turisticas.html>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

MARSHEAN, A. M. M. **O entorno dos bens tombados na legislação brasileira**. Disponível em: <<https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1151/15%20R%20MJ%20Entorno%20dos%20bens%20-%20Ana%20Marchesan.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MARSHEAN, A. M. M. In: CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

MARTINS, M. **Entenda os Terrenos da Marinha**. Disponível em: <<https://mbarcelosmartins.jusbrasil.com.br/artigos/349211834/entenda-os-terrenos-de-marinha>>. Acesso em: 16 set. 2018.

MARTINS, M. B. **Terrenos da Marinha**. 2016. il. color. Disponível em: <<https://mbarcelosmartins.jusbrasil.com.br/artigos/349211834/entenda-os-terrenos-de-marinha>>. Acesso em: 04 out. 2018.

MINIC, C. **Avaliação do estado atual de implementação do Projeto Orla**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/p3_orla_resultados_questionarios_e_estudos_de_caso_11.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

MOBILIZE. **Ciclofaixa no centro de São Paulo**. 2017. il. color. Disponível em: <<http://www.mobilize.org.br/noticias/>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

MOMONDO. **Praia de Copacabana, Rio de Janeiro**. 2016. il. color. Disponível em: <<https://www.momondo.com.br/discover/artigo/melhores-praias-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 20 out. 2018.

MUEHE D. 1998. Estado morfodinâmico praias no instante da observação: uma alternativa de identificação. *Revistas Brasileiras de Oceanografia*, 46:157-169, n. 2.

NOVO MILÊNIO. **Santos de antigamente**. 2017. Il. Color. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/fot000nm.htm>>. Acesso em: 10 out. 2018.

ORTEGA, I. A R.; MIGUEL, I.; CARTILONE, Maria Rita; SILVA, Marta Junqueira. **Manual do Paisagismo**. Rio Grande do Norte: 2008.

PATOSONLINE. **Faixa de pedestre elevada**. 2018. Il. Color. Disponível em: <<http://patosonline.com/post.php?codigo=66759>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

PACIEVITCH, T. **Imigração Italiana no Brasil**. 2008. <linfoEscola.com>. Acesso em: 23 set. 2018.

PAULISTA. **Lei Complementar nº 4253 de 19 de abril de 2012**. Plano Diretor Participativo. Paulista, 2012. Disponível em: <http://www.upenet.com.br/concursos/18_Paulista/Decretos/160518_LEI%20COMPLEMENTAR%204253%202012.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

PIRACICABA. Câmara dos Vereadores de Piracicaba. **Bandeira pede instalação de brinquedos acessíveis em espaços públicos**. 2017. Disponível em: <<http://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/bandeira-pede-instalacao-de-brinquedos-acessiveis-em-espacos-publicos-35724>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

PLANTA. **25 árvores que você pode plantar sem medo de destruir sua calçada e a rede elétrica**. 2018. Disponível em: <<https://blog.plantei.com.br/25-arvores-que>>

voce-pode-plantar-sem-medo-de-destruir-sua-calcada-e-a-rede-eletrica/>. Acesso em: 26 nov. 2018.

PORTO ALEGRA 24 HORAS. **Parque urbano da Orla de Guaíba**. 2018. il. color. Disponível em: <<https://www.poa24horas.com.br/acontece-hoje-a-inauguracao-do-trecho-1-da-orla-do-guaiba/>> Acesso em 23 out. 2018.

PREFEITURA DE MARINGÁ. **Poste de iluminação**. 2011. il. color. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=1030728b0d5510&id=1413>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

PURE VIAGENS. **Faixa de praia de Copacabana, Rio de Janeiro**. 2016. il. color. Disponível em: <http://www.pureviagem.com.br/noticia/praias-no-rio-de-janeiro-que-todo-mundo-precisa-conhecer_a24813/1>. Acesso em: 27 nov. 2018.

REGIONAL NEWS. **Avenida 23 de Maio**. 2013. il. color. Disponível em: <<https://rnews.com.br/definido-nome-da-avenida-23-de-maio.html>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

REIS, K. **Mesas destinadas a jogos**. c2018. il. color. Disponível em: <<http://www.santacatarina24horas.com/capa/noticias-regionais/14276-mesas-com-tabuleiros-fazem-praca-de-criciuma-mais-agradavel.html>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

RESEARCHGATE. **Localização do Forte de Macapá**. 2017. il. color. Disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-da-Vila-Serra-do-Navio-Vila-Amazonas-e-Porto-Santana_fig1_322241527>. Acesso em: 08 out. 2018.

ROCHA, A. **Paisagismo: conheça e identifique os elementos paisagísticos**, 2013. Disponível em : <<http://www.portalagropecuaria.com.br/agricultura/floricultura/paisagismo-conheca-e-identifique-os-elementos-paisagisticos/>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

ROLNIK, R. **Exemplo de privatização por bares de praia**. 2016. il. color. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/02/18/de-quem-sao-nossas-praias/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

ROMITI, A. **Terrenos de marinha e a linha do preamar médio do ano de 1831**. 2016. Disponível em: <<https://selecaojuridica1.jusbrasil.com.br/artigos/417522635/terrenos-de-marinha-e-a-linha-do-preamar-medio-do-ano-de-1831>>. Acesso em: 14 set. 2018.

SÁ CARNEIRO, A. R.; MESQUITA, L de B. **Espaços Livres no Recife**. Recife:

SEGURANÇA PATRIMONIAL. **Rio capta apenas 5% do lixo reciclável por meio da coleta seletiva, segundo a Comlurb**. 2017. 2 il. color. Disponível em: <<http://mwsegupatri.com.br/2017/07/03/coleta-seletiva/>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

SILVA, L. **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**, 2004. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=531>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

SOS RIOS DO BRASIL. **Esgoto deságua em praia no bairro de Stella Maris, área turística em Maceió**. c2018. 2 il. color. Disponível em: <www.sosriosdobrasil.com.br>. Acesso em: 29 mai. 2018.

SOUZA, J. C. **Análise da Paisagem: Instrumento de Intervenção nos Espaços Livres da Lagoa da Conceição**. Florianópolis: UFSC, 2003.

TETRACON. **10 vantagens do pavimento intertravado**. c2015 2 il. color. Disponível em: <<https://www.tetraconind.com.br/blog/10-vantagens-do-pavimento-intertravado/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

THOMASI, M.; SCHAPPO, P. **Projeto de Jardim Universal para a UFSC**. Florianópolis: UFSC, 2010.

TODA BAHIA. **Orla de Salvador, com área de convívio, contemplação e playground**. c2018. il. color. Disponível em: <www.todabahia.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2018.

TOPSANTOS. **Praias da Orla de Santos**. 2018. il. color. Disponível em <<http://topsantos.com.br/praias-de-santos/>>. Acesso em: 06 out. 2018.

TRIPADVISOR. **Biblioteca parque estadual**. 2018. Disponível em <https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g303506-d6579658-i106023418-Parque_Estadual_Library-Rio_de_Janeiro_State_of_Rio_de_Janeiro.html>. Acesso em: 12 nov. 2018.

TURISMO EM SANTOS-SP. **Quiosques da orla de Santos**. 2018. il. color. Disponível em: <<https://santoturismo.wordpress.com>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

TURISMO DO NORDESTE. **Praia do Pau Amarelo**. c2018. Disponível em: <<http://www.turismodonordeste.com/praiado-pau-amarelo.htm>>. Acesso em: 20 out. 2018.

UNIÃO EM DEFESA DAS PRAIAS E DOS BAIRROS DA ORLA PAULISTA/PE. **O mar avança**. 2009. Disponível em: <<http://uniaodefprbaiorlamaritimapaulistape.blogspot.com/2009/08/o-mar-avanca.html>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

VIAGEM TURISMO. **Fortaleza de São José do Macapá**. 2017. il. color. Disponível em: <<https://viagemeturismo.abril.com.br/atracao/fortaleza-de-sao-jose-do-macapa/>>. Acesso em: 24 out. 2018.

VIAGEM TURISMO. **Jardim Botânico de Curitiba**. c2018. il. color. Disponível em: <<https://viagemeturismo.abril.com.br/atracao/jardim-botanico-5/>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

VIEGAS, H. **Forte antes da requalificação**. 2012. il. color. Disponível em: <<http://realidadeurbanas.blogspot.com/2012/06/>>. Acesso em: 05 out. 2018.

ZIOBER BRASIL. **Academia pública na orla de Florianópolis**. 2018. il. color. Disponível em: <<https://www.zioberbrasil.com.br/blog/florianopolis-vai-receber-100-novas-academias-ao-ar-livre/>> Acesso em 23 out. 2018.

APÊNDICES

MODELO DE ENTREVISTA.

1. Qual seu nome e idade?
2. Você utiliza o local com que finalidade, trabalho, lazer ou reside nas proximidades?
3. O atual estado da orla e entorno lhe agrada?
4. O que não lhe agrada na área?
5. O que lhe agrada na área?
6. Que novos usos para a orla lhe agradaria mais?